

# O RESGATE DE PORTUGAL E A CRISE DA UNIÃO EUROPEIA

**Leonardo Costa & Francisca Guedes de Oliveira**

Draft: 18 de Setembro de 2013

Leonardo Costa    Francisca Guedes de Oliveira  
[lcosta@porto.ucp.pt](mailto:lcosta@porto.ucp.pt)    [foliveira@porto.ucp.pt](mailto:foliveira@porto.ucp.pt)

Faculdade de Economia e Gestão  
Universidade Católica Portuguesa, Porto

## **Resumo:**

A crise da União Europeia (UE) é analisada à luz do resgate de Portugal. Utilizando uma aproximação histórica, são explicadas as causas da situação portuguesa no quadro da Globalização e da evolução da União Europeia. A crise financeira mundial explicitou as debilidades da construção europeia, em geral, e da zona euro, em particular. Por iniciativa da Alemanha, com o apoio de outros Estados-membros e o consentimento das instituições comunitárias, a UE respondeu à crise de forma descontextualizada, quebrando os laços de solidariedade entre Estados-membros, violando os tratados, expondo os Estados-membros com economias mais frágeis a comportamentos especulativos dos mercados financeiros, tornando o resgate de países como Portugal inevitável. Com isso minou a confiança na moeda única, na economia europeia e no próprio projeto europeu. São propostos caminhos alternativos para países como Portugal readquirirem o seu futuro e contribuírem para a recuperação do futuro da UE.

**Palavras-chave:** Portugal, União Europeia, Globalização, Crise Financeira, Grande Recessão, Resgate.

“Alguns homens vêem as coisas como elas são e perguntam: “Por quê?”  
Eu sonho com as coisas que nunca existiram e pergunto: “Por que não?””<sup>1</sup>  
George Bernard Shaw na peça “De Volta a Matusalém”

## **1. Introdução**

Em Abril de 2011, Portugal solicitou à Comissão Europeia um pedido de assistência financeira. Porquê este pedido? Em que contexto foi realizado? Que consequências o mesmo está a ter para a economia e para a sociedade portuguesa? Porque é que a União Europeia (UE) está agir da forma que está a agir? Que futuro para o País? Que futuro para a UE? Que alternativas? Para responder a estas questões utilizamos uma aproximação histórica, na linha da tradição Marshalliana.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> "Some men see things as they are, and say Why? I dream things that never were and say Why Not?". George Bernard Shaw in the play "Back to Methuselah".

<sup>2</sup> Alfred Marshall (1842-1924) é considerado o pai fundador da Escola Neoclássica de pensamento económico. Marshall suportou o uso de método histórico quando a questão analítica era a da dinâmica da transformação das economias e não a da estática do

A compreensão do percurso que conduziu o País à situação presente é fundamental, quer a uma correta avaliação do programa de resgate e do respetivo enquadramento político e institucional, quer à proposta de alternativas para o futuro. “A verdade ilumina e liberta, quando é toda a verdade”.<sup>3</sup> “É tempo de falar a verdade, toda a verdade, com coragem e honestidade”.<sup>4</sup>

As consequências de boa parte das escolhas que têm sido realizadas pela UE, em geral, e no que refere ao resgate de Portugal, em particular, constituem um retrocesso civilizacional. O aumento da desigualdade nos Estados-membros da UE<sup>5</sup> e a liquidação das classes médias têm um preço, também em termos de crescimento económico (Stiglitz, 2012). O futuro, de cada Estado-membro e da UE, não pode ser reduzido a um crescimento económico qualquer, abstrato e longínquo, e não é indiferente ao tratamento que está a ser dado às classes médias e às camadas mais expostas da população.<sup>6</sup> Será que o referido tratamento está a fortalecer as classes médias capazes de dinamizar a economia e a sociedade? Será que está a garantir condições de sobrevivência dignas às camadas mais expostas da população?<sup>7</sup> Que País e que UE vamos ter no final deste caminho? E que País e UE poderíamos ter, se o caminho fosse outro?

A crise da UE prende-se com a Globalização, entendida esta última como o atual processo de integração económica, social e cultural dos países do mundo, que teve início no final da segunda guerra mundial (1945) e se acentuou com a queda do muro de Berlim (1989) e o fim da guerra fria (1991). O processo começou por ter um enquadramento macroeconómico Keynesiano, no quadro das instituições multilaterais criadas na conferência de Bretton Woods<sup>8</sup>, em julho de 1944. A partir do final dos anos 1970's, com a ajuda da crise petrolífera, o enquadramento mudou para Monetarista e/ou Neoclássico. Este novo enquadramento teórico macroeconómico – que suportou, a partir dos anos 1980's, a ideologia pró-mercado de governos liberais conservadores<sup>9</sup>, em particular, nos Estados Unidos da América

---

equilíbrio das mesmas. Para além da referida tradição Marshalliana e da conhecida tradição Marxista, outras tradições e autores na história do pensamento económico suportaram o uso de aproximações históricas. A escola histórica alemã, a escola institucionalista americana e autores como Schumpeter e Friedman são exemplos destas outras tradições e autores. Sobre este assunto ver Roncaglia (2005).

<sup>3</sup> A afirmação é de Marcus Tullius Cícero (106 a.C. - 43 a.C.), filósofo romano.

<sup>4</sup> Franklin D. Roosevelt, primeiro discurso inaugural no dia 4 de Março de 1933: “This is pre-eminently the time to speak the truth, the whole truth, frankly and boldly”.

<sup>5</sup> Viriato Soromenho Marques (Ferreira et al., 2013) cita dados recolhidos por Paul De Grauwe que ilustram um crescimento da desigualdade social na Alemanha. Na Alemanha, no presente, os 10% da população mais rica detém 59% do património líquido. Em 1998, os 10% da população mais rica detinham 45% do referido património.

<sup>6</sup> Como afirma Stiglitz (2012), nem todo o tipo de crescimento económico tem interesse. É preciso ter em conta a qualidade do crescimento. Processos de crescimento económico que coloquem a maioria dos indivíduos numa situação pior, que prejudiquem a qualidade do ambiente, que coloquem as pessoas numa vida de permanente ansiedade e alienação, não têm qualidade, não são desejáveis, do ponto de vista da sociedade.

<sup>7</sup> No seu segundo discurso inaugural, dia 20 de Janeiro de 1937, o antigo presidente americano Franklin D. Roosevelt afirmou que “o teste do nosso progresso não está no que acrescentamos à abundância dos que mais têm; está antes na suficiência do que asseguramos aos que menos têm”. (“The test of our progress is not whether we add more to the abundance of those who have much; it is whether we provide enough for those who have too little”).

<sup>8</sup> As instituições multilaterais referidas são o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), que em 1995 deu origem à Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

<sup>9</sup> Esta ideologia liberal conservadora, por vezes designada de neoliberal, caracteriza-se por defender que as falhas do Estado são sempre piores que as falhas de mercado e por isso suporta sempre mais mercado, mesmo quando a evidência mostra que o mesmo não é eficiente, e menos Estado, mesmo quando a evidência mostra que a ação reguladora do mesmo é necessária.

(Administração Reagan) e no Reino Unido (Governo Thatcher) – está na base do designado Consenso de Washington<sup>10</sup>, tem inspirado as atuações da OMC, do Banco Mundial, do FMI, de muitos Bancos Centrais (incluindo o Banco Central Europeu – BCE) e, mais recentemente, das *troikas*<sup>11</sup>. Em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, o resultado tem sido o crescimento da desigualdade social, desigualdade que suporta comportamentos do tipo *rent-seeking*, por parte de alguns agentes económicos, com prejuízo para o crescimento económico e com a fragilização do sistema democrático (Stiglitz, 2012). A crise financeira e a Grande Recessão mundial são, num certo sentido, o resultado natural do tipo de economia e sociedade neoliberais no entretanto desenvolvidas e estão a acentuar as tendências referidas (Stiglitz, 2012).<sup>12</sup>

Os mercados desregulados, em particular os mercados financeiros, têm sido suportados pela referida ideologia liberal conservadora como limites à atuação soberana dos Estados-nação e à própria Democracia. No mundo em que vivemos, os referidos limites estão de facto a ser impostos por agentes que operam nos referidos mercados, uma nova classe “aristocrática” e/ou proprietária, que se situa ou pretende situar no topo da pirâmide de rendimentos: alguns banqueiros e/ou intermediários financeiros, alguns credores, alguns especuladores financeiros, alguns diretores executivos (*Chief Executive Officers - CEO*) de empresas multinacionais, alguns políticos, alguns académicos, alguns criminosos, etc., e todos aqueles que, em volta dos primeiros, tentam apanhar os “restos” de um certo estilo de vida. Esta classe caracteriza-se por comportamentos do tipo *rent-seeking* e recusa qualquer papel regulador/corretor da Globalização que possa ser desempenhado pelos Estados-nação democráticos e/ou redes destes Estados, como é o caso da UE, reservando aos referidos Estados e redes de Estados um papel de suporte a uma espécie de regime absolutista global, com níveis de desigualdade a tenderem para os do antigo regime, profundamente antidemocrático.<sup>13</sup>

A separação dos poderes, que chegou a ser praticada nas antigas Grécia e Roma, proposta por John Locke (1632-1704) e suportada por Montesquieu (1689-1755), o mercado livre, de Adam Smith (1723-1790), a lei de Say<sup>14</sup>, de Jean-Baptiste

---

<sup>10</sup> Designação do economista John Williamson para a descrição que realizou em 1989 daquilo que era o consenso liberalizante do Tesouro Americano, do FMI e do Banco Mundial para a América Latina. Mais tarde o termo ganhou a conotação de crença dogmática na capacidade do mercado tudo resolver em sociedade.

<sup>11</sup> O conjunto Comissão Europeia (CE), BCE e FMI, responsável pelos resgates na zona euro.

<sup>12</sup> O mercado livre defendido por Adam Smith (1723-1790) pressupunha comportamentos dos agentes económicos que pouco têm a ver com os comportamentos *rent-seeking* responsáveis pela presente Grande Recessão. No seu livro *A Teoria dos Sentimentos Morais*, de 1759, Smith suportava um interesse próprio que não se confundia com a ganância e/ou o puro egoísmo. O interesse próprio era limitado pelo princípio da simpatia pelos outros seres humanos e por um sistema judicial que penalizava os prevaricadores, num quadro de uma sociedade civilizada (ver Roncaglia, 2005). Por outras palavras, o interesse próprio de Smith estava alinhado com o interesse público. Como afirma Stiglitz (2012), um indivíduo ganhar um jogo justo é diferente de fazer as regras do jogo de maneira a favorecer-se a si próprio. Sobre a relação entre o crescimento da desigualdade e a Grande Recessão mundial ver Génèreux (2011), Martins (2011) e Stiglitz (2012).

<sup>13</sup> Segundo Stiglitz (2003), o CEO da Enron, uma das maiores empresas americanas de eletricidade, gás natural e comunicações, nos anos 1990's, admitiu, publicamente, as falhas de mercado geradas no processo de desregulação do setor da energia nos Estados Unidos da América, contrapondo que “um mercado imperfeito é melhor que um regulador perfeito”. A Enron faliu em 2001, uma vez descobertos, pela justiça americana, os processos de contabilidade criativa, fraude e corrupção em que a empresa esteve envolvida e o referido CEO foi preso.

<sup>14</sup> Também conhecida como lei dos mercados e que diz que os produtos se compram com produtos ou, na versão moderna, que a oferta gera a sua própria procura. Na sua origem, a lei de Say pode ser entendida como uma crítica ao quadro económico do fisiocrata François Quesnay (1694–1774), quadro que atribuía à classe aristocrática e/ou proprietária o papel, no sistema económico, de consumir. Isto é, a lei de Say estabelecia que a sociedade tinha substitutos para a referida classe no dito papel, ao afirmar que os produtos se compram com produtos (sobre este assunto ver Roncaglia, 2005). A lei de Say foi refutada por John Maynard Keynes (1883-1946) no contexto da Grande Depressão.

Say (1767-1832), o contrato social e o sufrágio universal, de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), as guerras civis inglesas (século XVII), a revolução gloriosa (1688) e a subsequente *Bill of Rights* (1689), a revolução americana (1776), a revolução francesa (1789) e as revoluções liberais do século XIX foram ideias e eventos que contribuíram, no Ocidente, para o fim do Estado absolutista e para a sua progressiva substituição pelo Estado democrático. O liberalismo de Smith e Say não era um liberalismo conservador.

Como instituições humanas que são, Estado democráticos e mercados falham. Todavia, ambas as instituições são passíveis de serem aperfeiçoadas, no sentido de constituírem instrumentos de suporte ao desenvolvimento como liberdade proposto por Sen (1999). A Globalização, a Era da Informação, a Sociedade em Rede requerem um outro tipo de Estado e de governança democráticos, diferentes dos que vigoraram na Era Industrial.<sup>15</sup> O processo de reinvenção do Estado na Era da Informação é assim também um processo de reinvenção da Democracia. Isto é, ao Estado da Era da Informação continua a aplicar-se o preâmbulo da declaração de independência dos Estados Unidos da América em 1776: "(...) Consideramos estas verdades por si mesmo evidentes, que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes conferidos pelo seu Criador certos Direitos inalienáveis, entre os quais se contam a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade. Que para garantir estes Direitos, são instituídos Governos entre os Homens, derivando os seus justos poderes do consentimento dos governados. Que sempre que qualquer Forma de Governo se torne destruidora de tais propósitos, o Povo tem Direito a alterá-la ou aboli-la, bem como a instituir um novo Governo, assentando os seus fundamentos nesses princípios e organizando os seus poderes do modo que lhe pareça mais adequado à promoção da sua Segurança e Felicidade. (...)"<sup>16</sup>

Ao longo do artigo várias referências são feitas à Alemanha, no presente, o Estado-membro mais poderoso da UE. O facto prende-se com o papel fundamental que este país tem tido na crise da zona euro e nos seus desenvolvimentos, sob a batuta da sua atual liderança política.<sup>17</sup> Na sua obra *Discurso do método*, de 1637, o filósofo francês René Descartes defendia que "(...) o bom senso é a coisa que, no mundo, está mais bem distribuída (...)" (Descartes, 1637). A crise da zona euro tem revelado a estupidez como sendo uma séria concorrente do bom senso, sendo que esta também não parece escolher nacionalidades.

O artigo cobre o período que vai da introdução do Mercado Único, em 1992, até á demissão do antigo ministro das finanças Vítor Gaspar, no verão de 2013. Desde então têm sido vários os desenvolvimentos:

- Ao nível europeu e internacional: a reeleição do governo alemão; a hostilidade do Banco Central Alemão em relação a decisões recentes do Banco Central Europeu (BCE); as pressões exercidas sobre o Tribunal Constitucional português pelos mercados financeiros internacionais, pelo Fundo Monetário Internacional (IMF) e

---

<sup>15</sup> Sobre este assunto ver Castells (2005, 2001, 2000), OCDE (2001) e Osborne e Gabler (1992). Ver também entrevista de David Osborne publicada no Dinheiro Vivo (06-06-2013) a propósito da reforma do Estado em Portugal.

<sup>16</sup> "(...) We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness. That to secure these rights, Governments are instituted among Men, deriving their just powers from the consent of the governed, That whenever any Form of Government becomes destructive of these ends, it is the Right of the People to alter or to abolish it, and to institute new Government, laying its foundation on such principles and organizing its powers in such form, as to them shall seem most likely to effect their Safety and Happiness. (...)"

<sup>17</sup> Sobre a aproximação alemã à crise da zona euro ver Dullien e Guérot (2012).

pela Comissão Europeia (CE), no sentido do tribunal aprovar o orçamento de Estado 2014; as audições realizadas pelo Parlamento Europeu aos responsáveis europeus pelas ações das *troikas*, em que tem transparecido a auto desresponsabilização dos referidos responsáveis; os mais recentes humores dos mercados financeiros, mais favoráveis a Portugal;

- Ao nível português, na sequência da demissão de Vítor Gaspar, um “golpe de estado” no seio do governo (com o partido mais pequeno da coligação a tomar ministérios e/ou a assumir papéis relevantes no governo); o facto do governo português já não querer ir além da troika e ter como aspiração principal terminar o programa de ajustamento no prazo estabelecido; indicadores económicos recentes que apontam para uma retoma, ainda que ténue da economia portuguesa, após anos de depressão, retoma que, apesar do bom comportamento exportações, está a ser ditada, em boa medida, pela recuperação da procura interna;

O artigo desenvolve-se do seguinte modo. Depois desta secção introdutória, na secção 2 é descrito aquilo que foi o percurso de integração de Portugal na UE, em particular, com a Globalização, a unificação da Alemanha, o tratado de Maastricht, o Mercado Único, a adoção do euro, o alargamento a Leste e o tratado de Lisboa, e de que forma esse percurso e as suas vicissitudes estão na base do pedido de resgate à Comissão Europeia. Na secção 3 é abordada a dinâmica interna de funcionamento da UE e o modo como essa dinâmica mudou no período em análise e com os acontecimentos mais recentes, em particular, com a crise financeira e a Grande Recessão. Esta alteração da dinâmica interna do funcionamento da UE contribuiu, em larga medida, para o precipitar de um conjunto de decisões que estão na base da situação atual. Na secção 4 é analisado o papel particular que a Globalização financeira desempenha no reforço de barreiras ao normal funcionamento das Democracias dos Estados-nação europeus e mundiais. Na secção 5 são descritos os impactos sobre a economia e a sociedade portuguesa do programa de resgate e a reação do Governo de Portugal e das elites do País. Na secção 6 são discutidas alternativas, para o País e para a UE. Finalmente, na secção 7 sumariam-se os principais resultados obtidos.

## **2. A União Europeia e o resgate de Portugal**

Portugal aderiu à então Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986. A Alemanha unificou-se, em 1990, depois da queda do muro de Berlim, em 1989, e antes do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. Portugal subscreveu o tratado de Maastricht<sup>18</sup> e o Mercado Único<sup>19</sup>, em 1992. O País foi um dos fundadores do euro, assim batizado em 1995, com início em 1999 e entrada física em circulação em 2002<sup>20</sup>, apoiou o alargamento a Leste da

---

<sup>18</sup> O tratado de Maastricht entrou em vigor em 1993. O tratado expandiu o foco da Integração Europeia de uma união meramente económica para uma união económica e monetária (UEM) e também política. Esta última viria a ser aprofundada no tratado de Lisboa, de 2007, que entrou em vigor em 2009.

<sup>19</sup> O Mercado Único entrou em vigor a 1 de janeiro de 1993 tendo por base a livre circulação das mercadorias, dos serviços, dos capitais e das pessoas entre os Estados-membros da UE.

<sup>20</sup> O Sistema Monetário Europeu (SME) teve início a 13 de março de 1979, após o colapso do sistema de Bretton Woods. O SME estabeleceu uma banda de flutuação admissível para as moedas fundadoras de 2,25% (6% para a lira italiana), o ECU (European Currency Unit) e mecanismos de crédito. Com a incerteza criada em torno da aprovação do tratado de Maastricht, em 1992, e na sequência de ataques especulativos, algumas moedas, como a libra inglesa, abandonaram o SME e a banda de flutuação admissível

UE, que principiou em 2004, subscreveu o tratado de Lisboa, em 2007, e suportou a adesão da UE à Globalização da economia, em particular, à Globalização da economia financeira. Tudo isto significou para Portugal:

- i) Uma acrescida competição no seio dos mercados de bens, europeus e mundiais. A título de exemplos, veja-se o acordo agrícola na OMC<sup>21</sup>, que entrou em vigor em 1995, e o término do acordo multifibras (AMF) na OMC<sup>22</sup>, no final de 2004;
- ii) Uma integração dos mercados financeiros domésticos nos mercados homólogos europeus, no quadro do SME, e destes nos mercados mundiais;
- iii) Taxas de juro baixas nos mercados domésticos, relativamente ao histórico do País e devido ao afluxo de capitais externos<sup>23</sup>;
- iv) Perda de controlo da política monetária, da política cambial, das taxas de juro, dos movimentos de capitais e, em larga medida, da política fiscal;
- v) Um euro forte, ditado por uma política monetária na zona euro que elegeu, seguindo o modelo alemão, a estabilidade de preços como a prioridade das prioridades e condicionado também pelas sucessivas depreciações do dólar (Figura 1);
- vi) Um crescente endividamento externo, com um acentuar da sua posição de devedor líquido nos mercados financeiros internacionais (Figura 3);
- vii) Uma subida do preço em dólares do barril de crude no mercado mundial, com efeitos negativos nos termos de troca, dada a dependência do País das importações de petróleo (Figura 2);
- viii) Uma perda de competitividade externa, com um acentuar da sua posição de importador líquido (Figura 3);

---

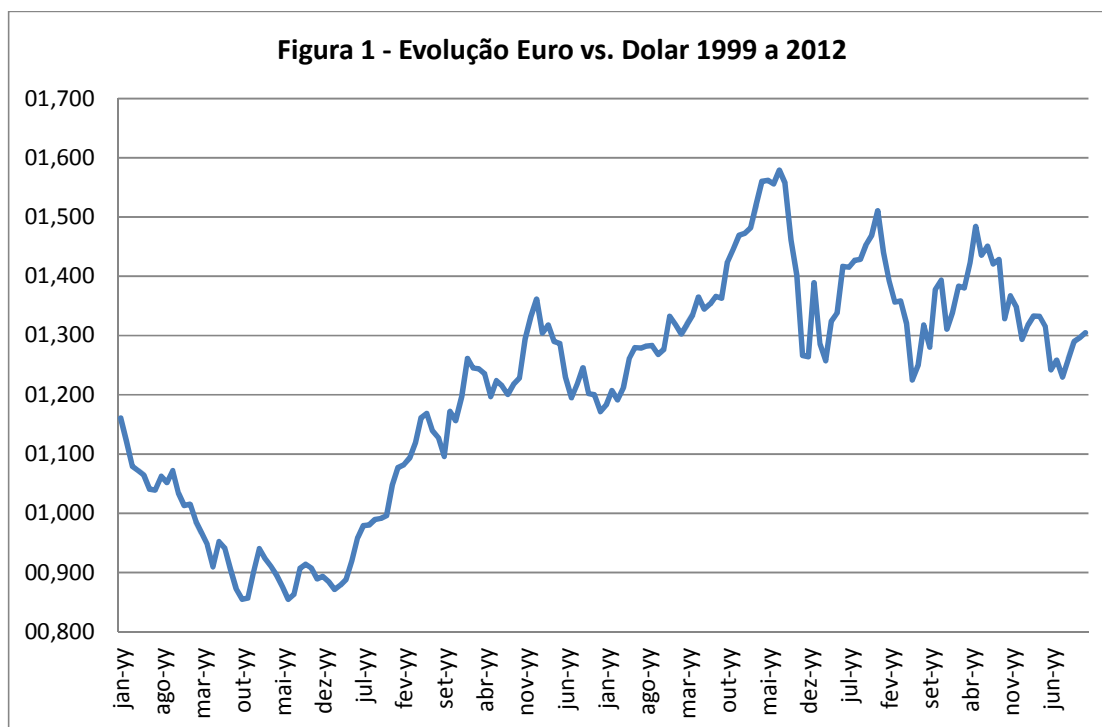
no seu seio foi alargada para 15%. O tratado de Maastricht introduziu um sistema por etapas de transição para a zona euro. Na primeira etapa foram abolidos todos os controlos de capitais que ainda existiam e aumentada a cooperação entre Bancos Centrais. Na segunda foi criado o Instituto Monetário Europeu (IME), precursor do Banco Central Europeu (BCE). Na terceira, o BCE começou a operar e foram fixadas, de forma irrevogável, as taxas de câmbio entre as diferentes moedas nacionais. O euro foi introduzido no dia 1 de janeiro de 1999. Neste dia, as taxas de câmbio dos países participantes foram irrevogavelmente fixadas e os Estados-membros da zona euro deram início à implementação de uma política monetária comum.

<sup>21</sup> As pressões dos Estados Unidos e do grupo de Cairns, no quadro da ronda do Uruguai do GATT (1986-1994), e a reforma MacSharry da Política Agrícola Comum (PAC), em 1992, possibilitaram o acordo agrícola da OMC, que entrou em vigor em 1995, assinalando a entrada da agricultura europeia na Globalização. Coordenado pela Austrália, o grupo de Cairns é atualmente constituído por 19 países exportadores mundiais de produtos agrícolas - Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Filipinas, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Perú, África do Sul, Tailândia e Uruguai - e representa mais de 25% das referidas exportações mundiais. A Reforma MacSharry da PAC de 1992 foi a primeira das grandes reformas da PAC.

<sup>22</sup> A China e a Índia são países membros da OMC, respetivamente, desde 11 de Dezembro de 2001 e 1 de Janeiro de 1995. Antes de 2005, o mercado de artigos têxteis e de vestuário europeu estava protegido por quotas às importações impostas no quadro do AMF da OMC, o que dava aos exportadores portugueses uma vantagem competitiva no mercado europeu. Com o término do AMF da OMC, no dia 1 de Janeiro de 2005, todas as restrições quantitativas das importações de têxteis e de vestuário provenientes de países de membros da OMC foram suprimidas. Subsequentemente, os produtores comunitários, incluindo os portugueses, foram confrontados com um mercado muito competitivo. As importações de artigos têxteis e de vestuário para a UE provenientes de países com produção mais barata quase duplicaram e grande parte da produção foi deslocalizada da UE para os países de baixo custo (China e Índia, em particular). Neste e noutros setores, Portugal e outros Estados-membros viram aprovadas candidaturas suas ao Fundo Europeu de ajustamento à Globalização (FEG).

<sup>23</sup> Para este afluxo contribuiu de forma significativa a perceção dos investidores que, na zona euro, o risco de Portugal estaria "colado" ao risco da UE, em particular, ao risco da Alemanha.

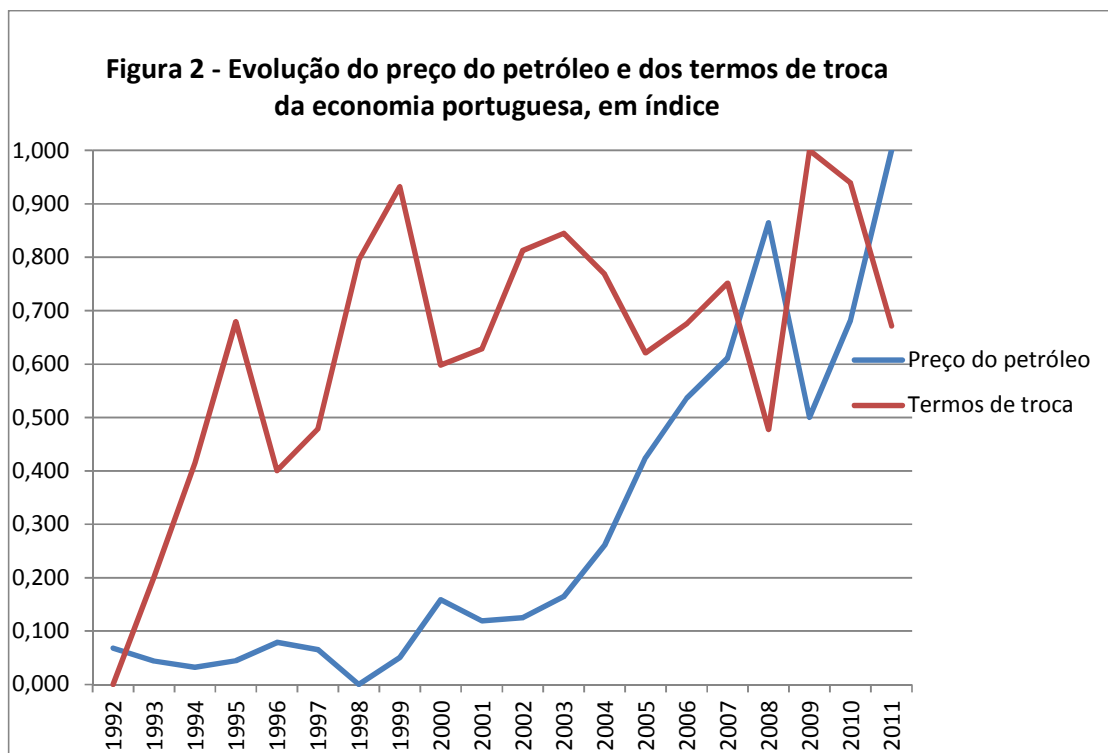
- ix) Uma alteração da estrutura produtiva, diminuindo a produção de transacionáveis (mais expostos à concorrência internacional) a favor do aumento dos não transacionáveis (mais protegidos da referida concorrência), em particular, com a adoção do euro, o alargamento a Leste da UE e o fim do AMF na OMC (Figura 4);<sup>24</sup>
- x) Um quadro de políticas públicas e de opções de política, ao nível comunitário e nacional, pouco orientado para as Pequenas e Médias Empresas (PME's), que dominam a estrutura produtiva do País.<sup>25</sup>



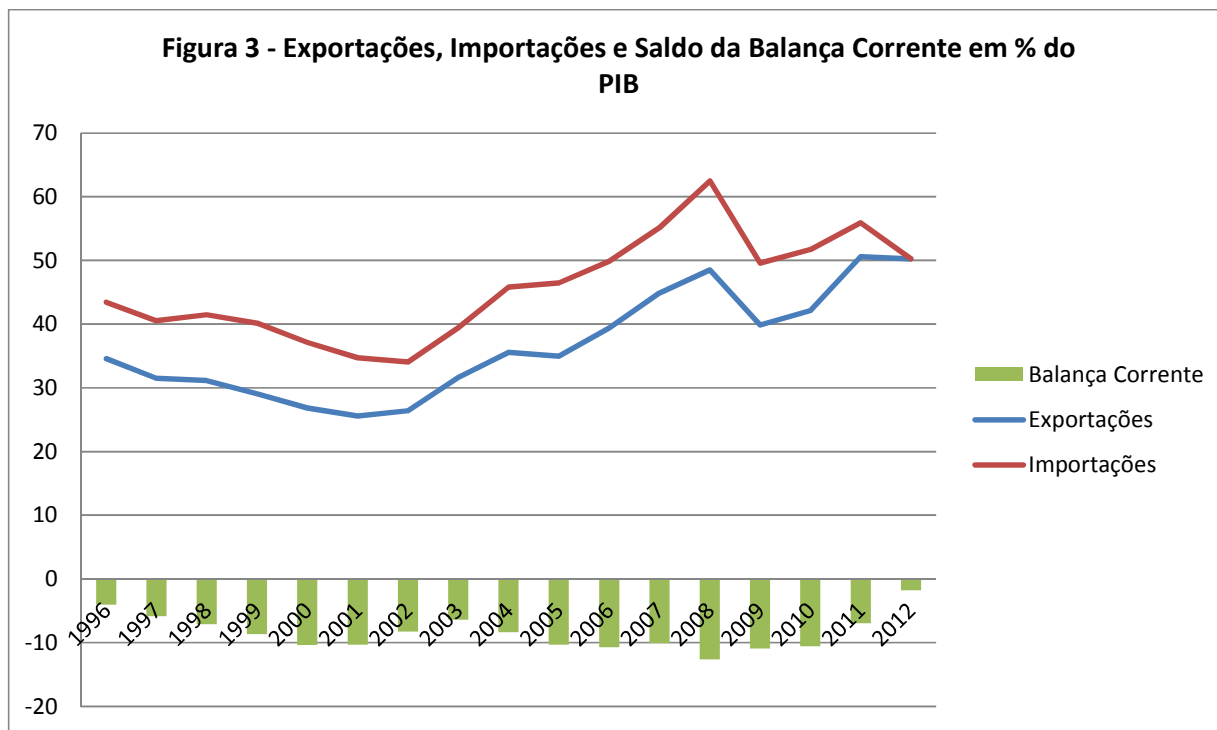
Fonte: construído pelos autores com dados de [http://www.portalbrasil.net/indices\\_euro\\_dolar](http://www.portalbrasil.net/indices_euro_dolar).

<sup>24</sup> No que refere aos não transaccionáveis, a construção e o imobiliário sofreram um forte incremento. Para o facto contribuíram a lei das rendas, que ainda hoje constitui uma barreira à procura do arrendamento de habitação por parte das famílias mais jovens, o crédito bancário barato, que conduziu ao endividamento das referidas famílias para efeitos de compra de habitação própria, e o financiamento municipal através do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que tornou atrativa para os municípios a aprovação de projetos de urbanização.

<sup>25</sup> As PME's constituem 99,6% das empresas portuguesas, geram 75,2% dos postos de trabalho no País e são responsáveis por 56,4% do volume de negócios (Rocha, 2010, citado por Araújo e Costa, 2013). A Figura 1A em anexo, de Bloom et al. (2012), ilustra a distribuição por dimensão das empresas portuguesas e a evolução verificada entre 1980 e 2009.

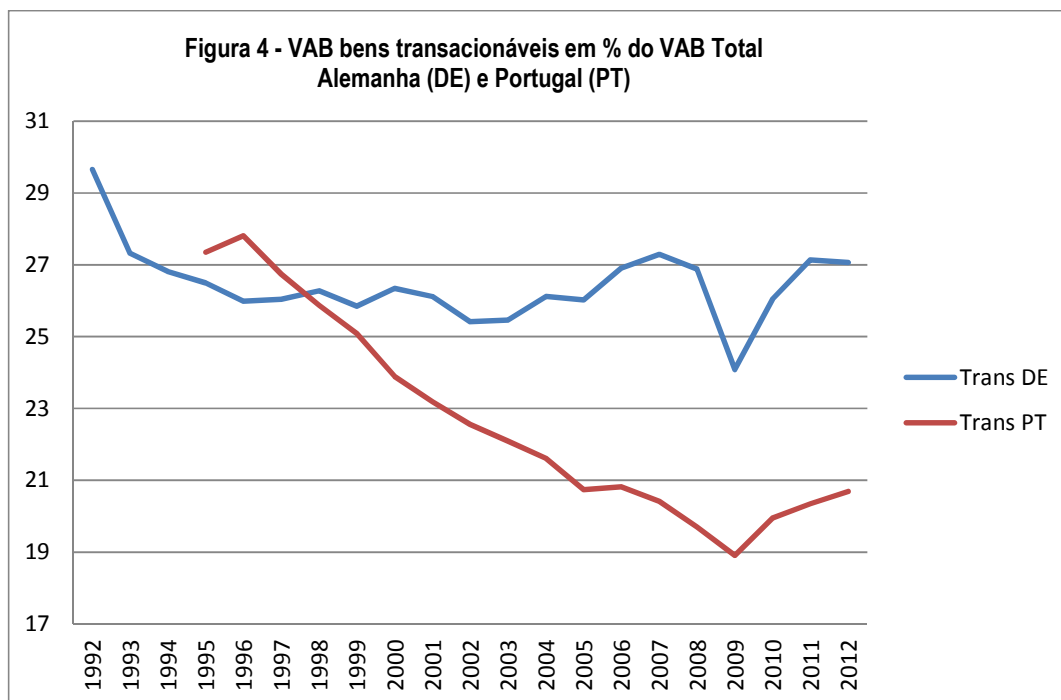


Fonte: Construção dos autores com dados de: World Bank e Instituto Nacional de Estatística de Portugal



Fonte: Construção dos autores com dados do *Economic Outlook 2013* - OCDE





Fonte: Construção dos autores com dados do Eurostat. Consideram-se como transacionáveis bens e serviços do setor primário e do setor secundário (com exceção da construção).

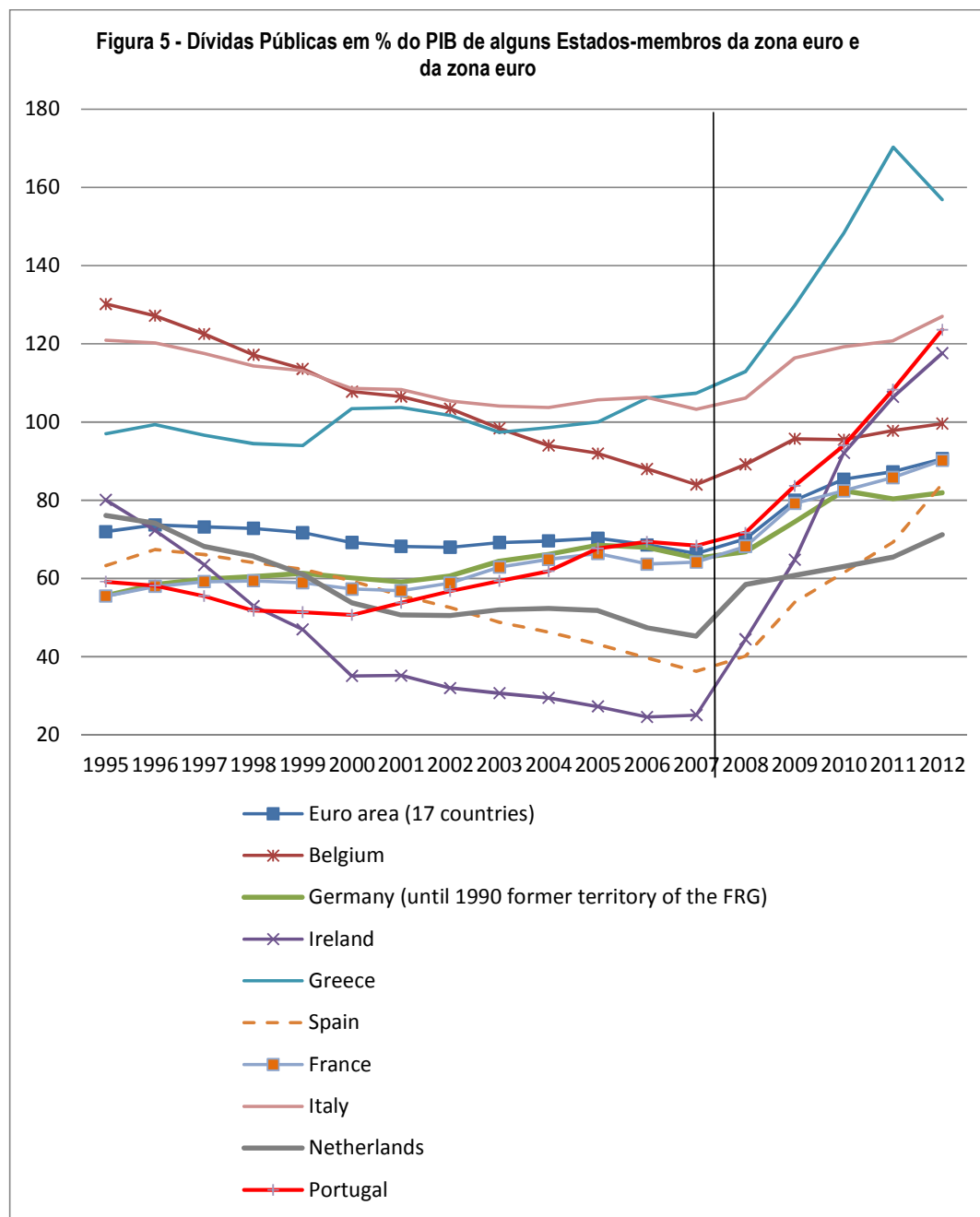
Era esta a situação do País nas vésperas da crise financeira de 2008 e da Grande Recessão que se vive desde então. Com Maastricht e o Mercado Único, com a adoção de um euro forte, com a Globalização e o alargamento a Leste da UE, com o tratado de Lisboa, com a subida do preço do petróleo, com uma estrutura produtiva dominada por PME's e políticas públicas pouco orientadas para este tipo de empresas, com uma conjuntura de economia mundial bastante desfavorável (na última década e meia) e com uma meta anual de défice público não corrigido do ciclo de 3%, imposta pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da UE, o País viu acentuadas a sua especialização produtiva em bens não transacionáveis e a sua dependência de financiamento externo, não tendo já instrumentos de política macroeconómica ao seu dispor para contrariar a situação.<sup>26</sup> Ou seja, no limiar da crise financeira de 2008, apesar das debilidades organizacionais do Estado português<sup>27</sup>, o problema principal do País era de dívida externa, não era de dívida pública. Em 2007, o peso da dívida pública no PIB em Portugal era pouco superior ao da Alemanha.<sup>28</sup> É a seguir a 2007,

<sup>26</sup> Repare-se que no mesmo contexto, a evolução da economia alemã, a economia mais forte da UE, foi bem diferente.

<sup>27</sup> Sobre as debilidades organizacionais do Estado português ver Costa e Osório (no prelo), FMI (2013), Morais (2013), OCDE (2013) e Cadilhe (2005).

<sup>28</sup> A dívida pública portuguesa começou a subir a partir de 2000. Ao facto não é indiferente o fim de uma importante vaga de privatizações, a conjuntura recessiva internacional vivida desde então e o aumento de comportamentos do tipo *rent-seeking* por parte de *lobbies*, nacionais e internacionais. Segundo dados da organização *Transparency International*, citados por Paulo Morais (Morais, 2013), de 2000 a 2012, Portugal desceu no ranking internacional da transparência do 23º para o 33º lugar, o que indicia um agravamento dos comportamentos do tipo *rent-seeking* no País. O facto justifica, pelo menos em parte, o agravamento verificado da dívida pública. Mesmo assim, só depois de 2007, com a crise financeira, é que a referida dívida subiu muito significativamente. Antes de 2000, as receitas das privatizações constituíram uma importante fonte de financiamento da despesa pública e permitiram mesmo a redução da dívida pública, em percentagem do PIB, apesar do aumento continuado da despesa pública, em percentagem do PIB,

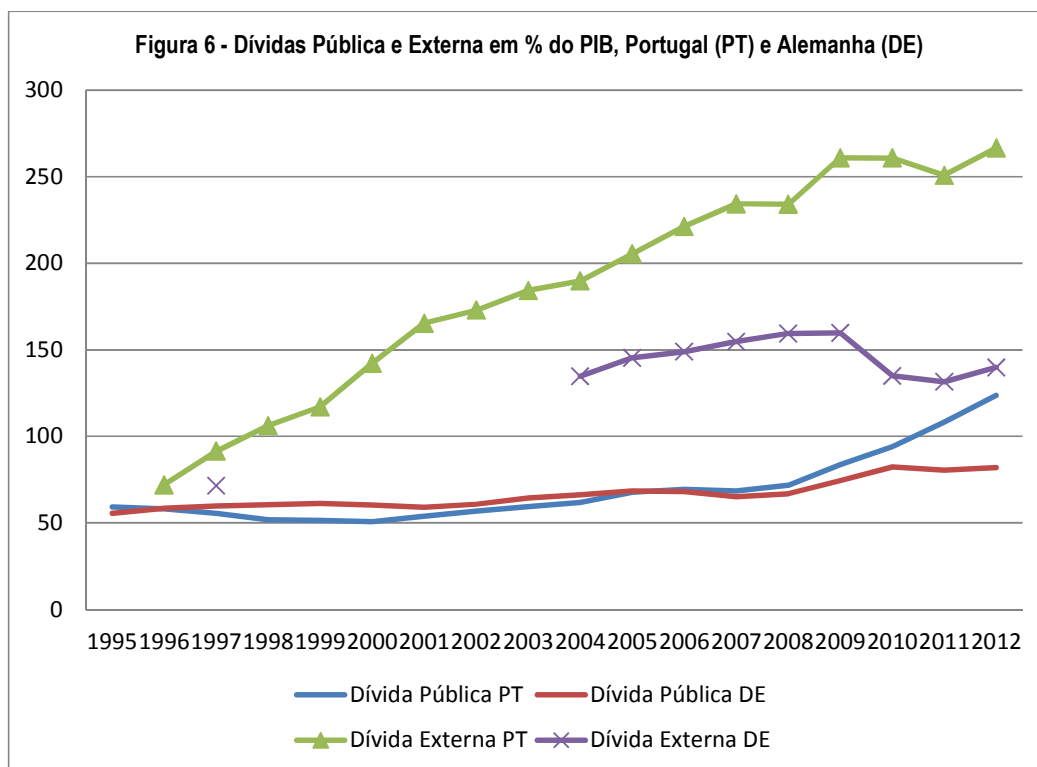
com a crise financeira, que as dívidas públicas dispararam, na Alemanha<sup>29</sup>, em Portugal e em todos os Estados-membros da UE (Figura 5, Figura 6 e Tabela 1A no Anexo), como se explica adiante.



Fonte: Construção dos autores com dados do Eurostat

associado à construção do Estado social e acelerado com a revolução de 25 de Abril de 1974 (ver Gráfico 2 de Amaral, 2010). A partir de 2007, são fatores externos (a crise financeira e a resposta à mesma pela UE) que justificam o enorme agravamento da dívida pública portuguesa. Sobre a dívida pública e a dívida externa portuguesa ver Caldas *et al.* (2013).

<sup>29</sup> A partir de 2008, é a crise financeira e não a Alemanha de Leste o principal fator explicativo do aumento da dívida pública alemã.



Fonte: Construção dos autores com dados do Eurostat

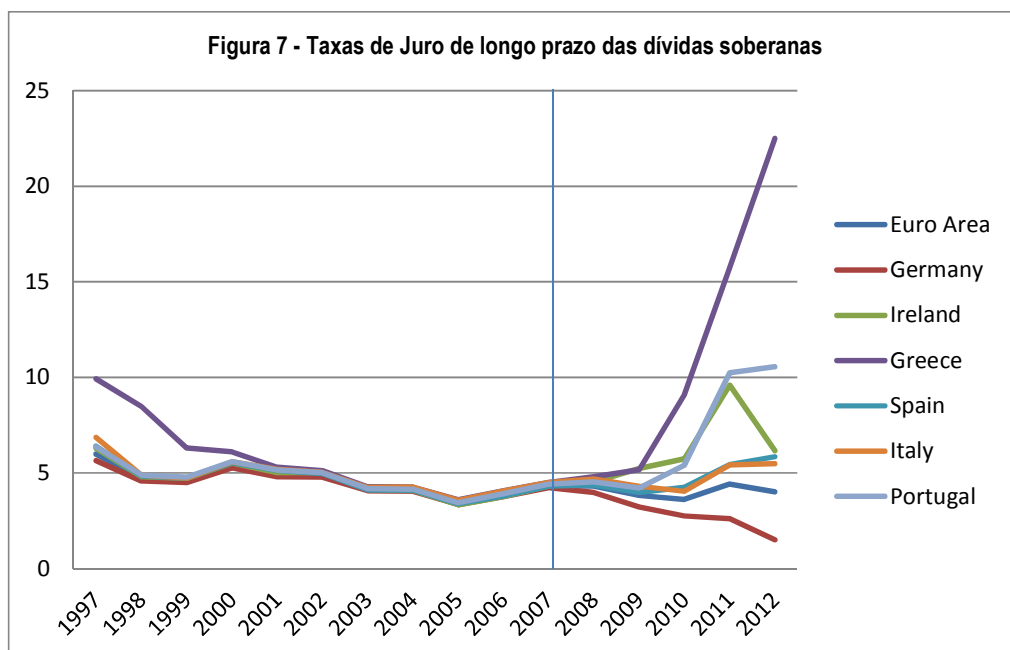
Os fundos estruturais da UE, cuja função é apoiar e/ou compensar os Estados-membros com economias mais frágeis da UE no seu processo de convergência, não foram capazes de inverter a progressiva especialização produtiva do País em bens não transacionáveis e o seu crescente endividamento externo (ver Ribeiro, 2009, e Mateus *et al.*, 2013a). A situação era insustentável a prazo, para Portugal e para outros Estados-membros da zona euro em condições similares. As políticas encetadas pela UE e as opções do País, que suportaram a referida situação, careciam de refletida revisão.<sup>30</sup> Apesar de ter evoluído muito com a Democracia, a partir de 25 de Abril de 1974, e com a entrada na então CEE, em 1986, Portugal ainda não tem um estado de desenvolvimento<sup>31</sup>, qualificações, capacidades organizacionais<sup>32</sup> e uma economia equiparáveis aos dos Países mais ricos da UE.

<sup>30</sup> É sabido que não é adequado solicitar a um atleta de 12 anos (economia mais frágil) que ganhe a maratona (a competição) a um atleta adulto (economia mais forte). Não é sequer suposto sujeitar um atleta de 12 anos (economia mais frágil) à maratona. Isto é, a capacidade concorrencial de um País reflete o seu estado de desenvolvimento, a sua capacidade organizacional, as suas qualificações, as características da sua economia. Isto foi algo que foi compreendido quando Portugal aderiu à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). Nas décadas de 60 e 70, o crescimento médio do País foi, respetivamente, de 3,5% e 6,4% (Freitas, 2007).

<sup>31</sup> Segundo UNDP (2013), o valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Portugal em 2012 era 0,816 (categoria dos países com o nível mais elevado de desenvolvimento humano), posicionando-se em termos mundiais na 43ª posição. Entre 1980 e 2012, o IDH do País passou de 0,644 para 0,816, um aumento de 27%. Das componentes do IDH, é na educação (média de anos na Escola) que Portugal compara pior. No que refere ao IDH descontado da desigualdade, o valor do País em 2012 era 0,729. É a desigualdade de rendimentos a que mais contribui para o referido desconto.

A crise financeira de 2008 atingiu a UE devido à integração dos mercados financeiros mundiais inerente à Globalização. Os bancos europeus mais afetados inicialmente (do Reino Unido, Alemanha, França e Bélgica) eram proprietários de fatia importante dos ativos tóxicos<sup>33</sup>, ativos criados pela economia financeira americana no rescaldo da crise bolsista do final dos anos 90 do século XX.<sup>34</sup> Compraram esses ativos como sendo seguros (pois tinham sido classificados de AAA pelas agências de *rating*). É por esta via que estes bancos sofrem grandes perdas, deixam de ter liquidez para financiar, por exemplo, as economias mais frágeis da UE e perdem a confiança uns nos outros.<sup>35</sup>

A UE respondeu à crise com operações de salvamento dos bancos e com apelos a estímulos fiscais, sem fazer distinções entre Estados-membros. Todos os Estados-membros da UE se endividaram, convertendo dívidas privadas em dívidas públicas (Figura 5, Figura 6 e Tabela 1A em Anexo). Pelo caminho, os Estados da UE com economias mais frágeis viram as suas dívidas soberanas serem alvo de especulação nos mercados financeiros e desclassificadas pelas agências de *rating*.<sup>36</sup> As taxas de juro destas dívidas dispararam e os mercados financeiros da zona euro segmentaram-se (Figura 7).



<sup>32</sup> A Figura 2A, em anexo, de Bloom et al. (2012), ilustra a relação entre boas práticas de gestão na indústria e níveis de desenvolvimento dos países.

<sup>33</sup> Os ativos tóxicos são ativos que valem muito no papel mas ninguém os quer comprar. Resultaram de investimentos complexos, em que dívidas eram dadas como garantia de outras dívidas, cada vez mais distantes do valor original do imóvel que teria servido como garantia real para a primeira dívida.

<sup>34</sup> Sobre os loucos anos 90 do século XX ver Stiglitz (2003). Sobre a Globalização financeira ver Rodrik (2011, 2002), Stiglitz (2002) e UNCTAD (2012).

<sup>35</sup> Rui Tavares e Sven Giegold (Jornal Expresso, 20-07-2013) referem que o relatório Liikanen sobre as reformas estruturais da banca, encomendado pela UE em Outubro de 2012, indica que os três bancos com pior índice de alavancagem na UE são alemães (ver Liikanen *et al.*, 2012).

<sup>36</sup> No quadro da Globalização financeira, fez parte das opções políticas dos Estados, também na UE, abrir a credores privados externos as suas dívidas soberanas (UNCTAD, 2012) e sujeitarem as mesmas à avaliação de agências de *rating*, avaliação paga pelos referidos Estados.

Fonte: Construção dos autores com dados do Eurostat. As taxas correspondem ao “*MEU convergence criterion series*” do tratado de Maastricht. Os dados são baseados nas “*yields*” das obrigações dos governos centrais no mercado secundário, com uma maturidade residual de cerca de 10 anos.

Em vez de garantir os Estados-membros economicamente mais frágeis da zona euro (com *eurobonds*, controlo de capitais ou outros instrumentos alternativos), mostrando claramente aos mercados financeiros que, “um por todos e todos por um”<sup>37</sup>, a unidade da zona euro condenaria ao fracasso comportamentos especulativos contra alguns dos seus Estados-membros; a UE respondeu ao repto dizendo que cada país era um caso (de mau comportamento, a Grécia e os outros PIGS<sup>38</sup>), permitindo a segmentação dos mercados financeiros no seio da zona euro, alimentando a especulação e tornando necessário o resgate dos referidos Estados-membros. Fez tudo isto sabendo que os ditos Estados-membros já não tinham instrumentos como moeda própria, política monetária, política cambial, controlo de capitais, autonomia fiscal<sup>39</sup>, etc., para se poderem defender. Por pressão da Alemanha e de alguns outros Estados-membros, o poder político europeu tem tentado assumir a zona euro como um mero regime de câmbios fixos, em que a adoção de uma moeda única serve apenas para materializar a fixação irrevogável das taxas de câmbio – o pior dos mundos.<sup>40</sup> Com isso contribuiu para criar uma crise na zona euro que coloca em risco não só o euro como a própria UE.<sup>41</sup>

Tivesse a UE querido intervir nos mercados financeiros de outro modo e o resgate de Portugal não teria sido, muito provavelmente, necessário.<sup>42</sup> Em vez disso, optou pelo moralismo fácil sobre os Estados-membros com economias mais frágeis e foi buscar o FMI para os resgatar com *troikas*. Moralismo que se dispensou de aplicar aos mercados financeiros (em particular e no caso europeu à banca), cujas falhas e comportamentos especulativos (ou mesmo criminosos, em alguns dos casos) estão na base da crise financeira e da Grande Recessão mundial. Exemplo vivo deste moralismo, que chega a ser infantil, é dado pelas declarações infelizes e recorrentes veiculadas por alguns dos altos responsáveis alemães sobre os cidadãos dos Estados resgatados: invejosos, bêbados, preguiçosos, têm sido alguns dos adjetivos utilizados. O moralismo soa a *Herr Tartüff*.<sup>43</sup>

---

<sup>37</sup> Como no livro *Os três mosqueteiros*, de Alexandre Dumas.

<sup>38</sup> PIGS é o acrónimo pejorativo usado na imprensa de língua inglesa para designar o conjunto das economias de Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha (Spain em inglês). Em inglês o acrónimo pretende significar “porcos”. Mais tarde a Itália foi adicionada a este conjunto e o acrónimo passou a ser PIIGS.

<sup>39</sup> As políticas fiscais dos Estados-membros da zona euro estão sujeitas às metas estabelecidas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

<sup>40</sup> O presidente do BCE, Mário Draghi, tem resistido, com mais ou menos sucesso, a esta visão tão estreita da zona euro.

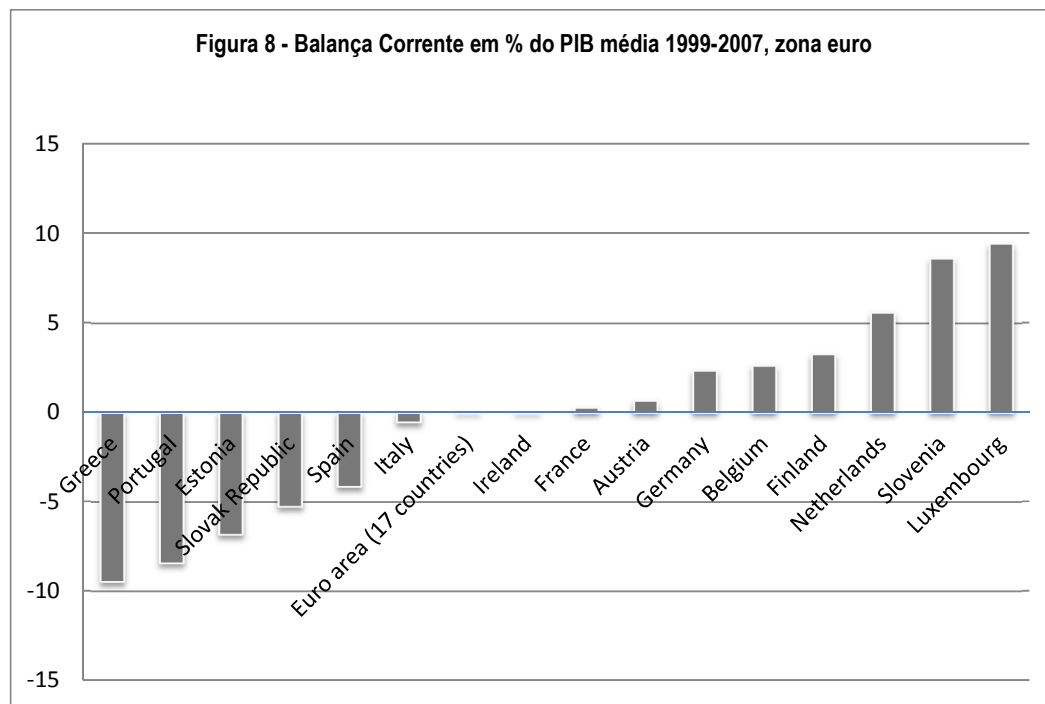
<sup>41</sup> Com muita relutância por parte da Alemanha, a Grécia é resgatada em Maio de 2010. Com afirma Pedro Adão e Silva (Silva, 2013), na língua alemã a palavra “schuld” significa “culpa” e “dívida”. A crise começa a ser descrita pelo Norte credor, de matriz maioritariamente protestante, como um problema moral do Sul devedor/gastador, de matriz maioritariamente católica. O Norte implementa a punição e o Sul assume a culpa que, na essência, é dos mercados financeiros. A política fiscal expansionista, implementada no ano anterior, é invertida e/ou substituída pela disciplina fiscal e/ou a austeridade em toda a zona euro. O controlo da dívida pública tornou-se o principal objetivo de política macroeconómica na zona euro, este último entendido como condição necessária e suficiente para o crescimento económico. Ao facto não foi indiferente a influência dos artigos de Alesina e Ardagna (2009) e Reinhart e Roggoff (2010), autores que na época foram apologistas da doutrina da austeridade expansionista. Nestes artigos foram posteriormente detectados erros com influência nos resultados, pelos próprios autores, por co-autores dos autores como Roberto Perotti, por Paul Krugman, pelo *The Economist* e pelo próprio FMI (ver FMI, 2013).

<sup>42</sup> Sobre este assunto ver artigo de Robert M. Fishman “Portugal’s Unnecessary Bailout”, NYT, 12-04-2011, <http://www.nytimes.com/2011/04/13/opinion/13fishman.html?pagewanted=all&r=0>

<sup>43</sup> *Herr Tartüff* é um filme do cineasta expressionista alemão F.W. Murnau, de 1925, baseado na conhecida peça de Molière. Transparece alguma confusão entre os atuais responsáveis alemães. O presidente do Bundesbank comporta-se como um político e

Os desequilíbrios entre as economias mais fortes e mais frágeis da zona euro eram esperados. Mencionando especificamente Portugal e a Grécia, Blanchard e Giavazzi (2002) sustentaram que era de esperar que os países pobres da zona euro vissem os seus défices da Balança Corrente aumentarem e que, simetricamente, os países ricos da dita zona vissem os referidos défices diminuir. <sup>44</sup> Ou seja, o acentuar do défice da Balança Corrente de Portugal, que está na base do endividamento externo excessivo do País, era, segundo estes autores, o resultado natural, esperado, para uma economia pobre no contexto da zona euro. Ainda segundo Blanchard e Giavazzi (2002), o mercado único (que afetou principalmente o mercado do produto), a integração dos mercados financeiros na UE e a união monetária (com a adoção do euro) eram canais que contribuíam para o reforçar do referido défice em países como Portugal. <sup>45</sup> A estes canais juntem-se o alargamento a Leste da UE e o aprofundamento da Globalização.

A Figura 8 ilustra a situação média da Balança Corrente de alguns Estados-membros no período 1999-2007. A divisão entre países pobres e países ricos da UE, entre perdedores e ganhadores do processo de integração, é notória.



o ministro das finanças comporta-se como um banqueiro central. Da pior maneira, o comportamento destes dois responsáveis alemães questiona a autonomia de atuação do BCE.

<sup>44</sup> "The fact that Portugal and Greece are each members of both the European Union and of the Euro area, and, in each case, the poorest members, suggests a natural explanation for these current account deficits. They are exactly what theory suggests can and should happen when countries become more closely linked in goods and financial markets. To the extent that they are the countries with higher rates of return, poor countries should see an increase in investment. And to the extent that they are the countries with higher growth prospects, they should also see a decrease in saving. Thus, on both counts, poor countries should run larger current account deficits. Symmetrically, richer countries should run larger current account surpluses". Blanchard and Giavazzi (2002). Olivier Blanchard é no presente economista-chefe do FMI.

<sup>45</sup> "For countries such as Greece and Portugal, economic integration has had three main dimensions: the Single European Market, which mostly affected the product market; the integration of financial markets within the European Union; and finally, monetary union, with the adoption of the Euro in the late 1990s. All three channels have clearly worked in the direction of potentially widening the current account deficits of these countries". Blanchard and Giavazzi (2002).

Fonte: Eurostat. Adaptado de Krugman (2012) "European Crisis Realities", The conscience of a Liberal, Blog, New York Times, 25.2.2012.

Em suma, Portugal não se encontra na atual situação apenas (e muito menos principalmente) por causa dos seus erros.<sup>46</sup> Que fez o País de tão errado para justificar o tratamento que a UE lhe está a dar? Porque não foi avisado e/ou parado atempadamente? Porque não foi o Estado português impedido de, à imagem dos seus parceiros europeus, responder à crise financeira com operações de salvamento de bancos e estímulos fiscais à economia, muito pelo contrário?

É verdade que o País se colocou numa posição vulnerável. Em particular, permitiu o que não devia ter permitido. Desde Maastricht e do não da Dinamarca que os referendos europeus ou não se fazem ou se repetem até obter a resposta pretendida.<sup>47</sup> Todavia, o País entrou no desafio da Globalização e da integração europeia num contexto de União Europeia. Não foi informado que a União só existia nos bons momentos (quando há verão), nos maus (quando há inverno) desaparecia. Era impensável que a zona euro se deixasse, por livre e espontânea iniciativa e/ou opção política, segmentar/paralisar<sup>48</sup> ou que o FMI pudesse alguma vez entrar pela UE dentro. Muito menos era esperado que nessa nova figura criada pela UE, a *troika*, a Comissão Europeia assumisse o papel de polícia mau e o FMI o papel de polícia bom, no castigo (ajustamento?) infligido.<sup>49</sup> Por outras palavras, que o País iria ser deixado à sua sorte ou a intervenções minimalistas (maximalistas no sofrimento imposto à população), despidido de instrumentos próprios para poder responder à crise e moralmente diminuído pela própria UE.<sup>50</sup> No mínimo, tudo isto tem de ser entendido como uma mudança de regras a meio do jogo e uma inaceitável violação dos tratados.<sup>51</sup>

### 3. Que aconteceu à UE?

A Alemanha reunificou-se em 1990 (depois da queda do muro de Berlim em 1989), aceitou o euro como moeda de troca para a reunificação e pretende, desde então, reduzir as suas contribuições líquidas para o orçamento comunitário.

---

<sup>46</sup> Sobre os erros portugueses ver Mateus *et al.* (2013) e Morais (2013).

<sup>47</sup> "Votarás até que o resultado satisfaça os nossos desejos", como escreve Pedro Adão e Silva (Silva, 2013).

<sup>48</sup> Do ponto de vista de política macroeconómica, conduzir uma economia numa zona monetária incompleta – a zona euro no presente – é semelhante a guiar um automóvel sem as mãos no volante. À primeira curva na estrada, o automóvel despista-se. Se fosse perceptível que a moeda única era para ser assim gerida esta nunca teria saído do papel. A UE resolveu abdicar das vantagens de ter uma zona monetária, optando por ter apenas os custos.

<sup>49</sup> O FMI é conhecido pelas suas intervenções do tipo dor redentora nos países menos desenvolvidos. As evoluções recentes do pensamento desta instituição não foram a tempo de impedir os cidadãos europeus dos países resgatados de assistir, em direto e sobre as suas vidas, aquilo que tem sido a atuação recorrente desta instituição nos países menos desenvolvidos. Sobre este assunto ver Stiglitz (2002).

<sup>50</sup> Como na história de Pinóquio, Portugal descobre que a ilha dos brinquedos com que a UE lhe foi acenando estes anos todos (desde antes da adesão) era afinal uma armadilha, para o escravizar e lhe colocar orelhas de burro. Como na história do Feiticeiro de Oz, a UE parece estar a atravessar um período de domínio da Bruxa Má do Oeste.

<sup>51</sup> Como afirma Marta Caldas (Ferreira *et al.*, 2013), no contexto do resgate do País, a UE e o governo português têm violado o tratado de Lisboa. No preâmbulo do tratado de Lisboa, os Estados-membros da UE confirmam não só o seu apego aos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais e do Estado de direito como também confirmam o seu apego a direitos sociais fundamentais, consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, na Carta Social Europeia e na Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores.

Parece estar num processo de querer matar a memória histórica da segunda guerra mundial, de se libertar desse seu incómodo passado.<sup>52</sup> Todavia, há mais do que uma Alemanha:

- i) Há uma Alemanha política que se alimenta de estereótipos acerca de si e da Europa e vive da próxima eleição;
- ii) Há uma Alemanha da economia financeira que lucra com a crise da zona euro, no muitíssimo curto prazo, servindo de refúgio para as poupanças expatriadas dos países resgatados, obtendo financiamento a taxas de juro negativas para a sua dívida soberana;<sup>53</sup>
- iii) Há uma Alemanha da economia real que ganha não só com a expatriação de capitais como também com a expatriação de recursos humanos qualificados dos países resgatados, países que pagaram a referida qualificação. Esta Alemanha vê-se como uma economia emergente, do tipo BRIC<sup>54</sup>, exportadora para a Ásia, e, de alguma forma, acha que estaria melhor sem a Europa;
- iv) Há uma Alemanha que encara a Europa como uma extensão alemã, desejada e indesejada;
- v) Há por fim uma Alemanha cuja cultura tem uma dimensão verdadeiramente europeia.<sup>55</sup>

Nos últimos quadros de programação comunitários, em particular com o alargamento a Leste da UE, alguns Estados-membros passaram a ser contribuintes líquidos do orçamento comunitário e/ou viram as suas contribuições efetivas para o referido orçamento aumentadas. A Figura 9 ilustra a situação média das transferências líquidas em percentagem do PIB de alguns Estados-membros no período 2000-2011. Valores positivos ilustram situações de Estados-membros que recebem mais do que pagam e vice-versa. Da Figura 9 retira-se que as contribuições líquidas médias anuais dos Estados-membros contribuintes líquidos do orçamento comunitário não ultrapassam em média os 0,5% do respetivo PIB (já tendo em conta o alargamento a Leste da UE). Todavia, existe um mau estar orçamental em alguns dos Estados-membros contribuintes líquidos da UE. A distribuição desigual da riqueza nos referidos Estados-membros pode explicar,

---

<sup>52</sup> Segundo o historiador Anthony D. Smith, citado por Silva (2013), “sem memória não há identidade; sem identidade não há nação”.

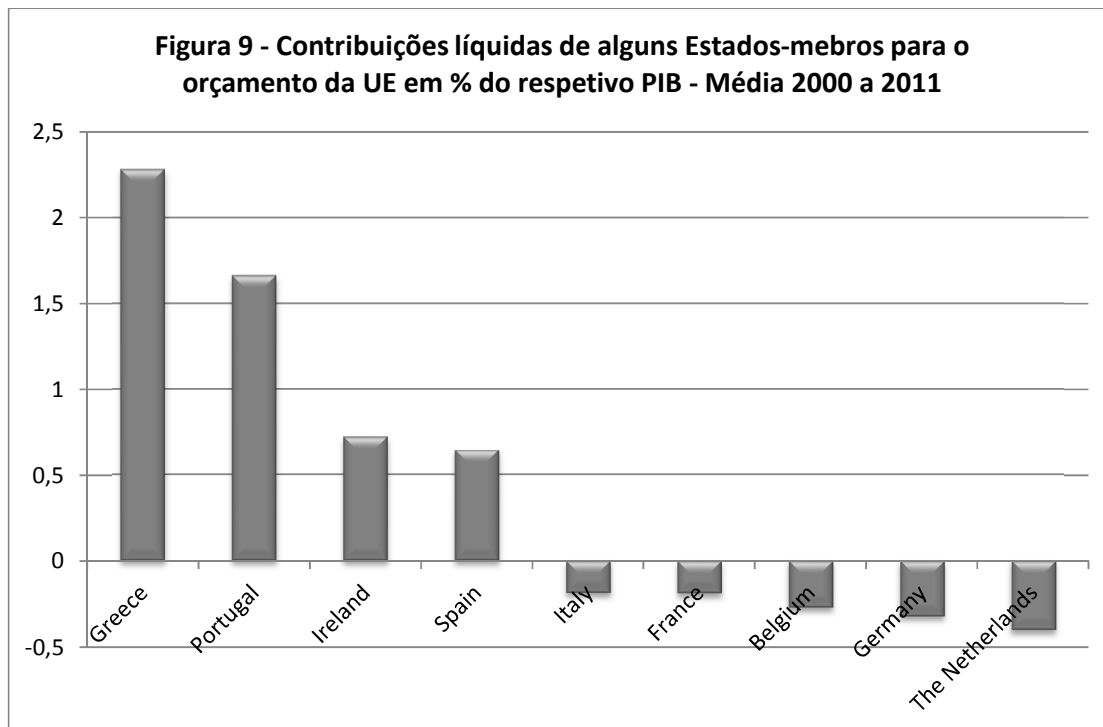
<sup>53</sup> No dia 22 de Maio de 2013, em conferência de imprensa conjunta com o seu homólogo português, o ministro das finanças alemão anunciou a possibilidade do banco de desenvolvimento alemão estender linhas de crédito a Portugal e/ou participar no capital de Pequenas e Médias Empresas (PME's) portuguesas. É possível que estas linhas de crédito venham a ser asseguradas por euros portugueses que procuraram refúgio seguro na Alemanha, contra o risco de implosão do euro e /ou de saída de Portugal da referida zona. Situação semelhante pode acontecer no caso da Grécia, com os euros gregos que procuraram refúgio seguro na Alemanha.

<sup>54</sup> BRIC é o acrónimo de Brasil, Rússia, China e Índia.

<sup>55</sup> Helmut Schmidt é um exemplo vivo desta cultura alemã. Bach, Beethoven, Brecht, Einstein, Freud, Goethe, Grass, Gropius, Händel, Hegel, Heidegger, Kant, Luxemburg, Mann, Marx, Murnau, Nietzsche, Offenbach, ou com a cultura alemã relacionados, Copérnico, Hesse, Kafka, Mozart, Schubert constituem, entre outros, também bons exemplos.



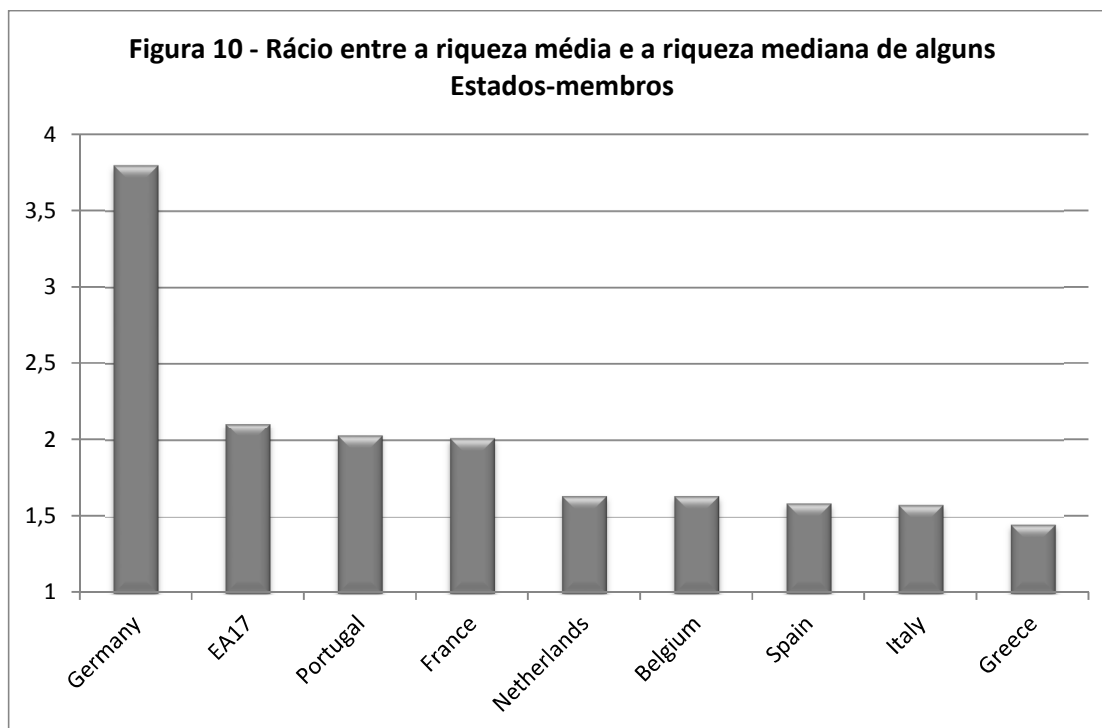
pele menos em parte, o referido mau estar (Figura 10).<sup>56</sup> A crise financeira acabou por constituir uma oportunidade para os referidos Estados-membros questionarem as suas contribuições líquidas para o orçamento comunitário.<sup>57</sup>



Fonte: construída pelos autores com dados de: [http://www.eu-opslysningen.dk/euo\\_en/spsv/all/79/](http://www.eu-opslysningen.dk/euo_en/spsv/all/79/)

<sup>56</sup> Ceteris paribus, o mau estar será tanto maior quanto maior a for a concentração de riqueza. A título de exemplo, os Estados Unidos da América têm um problema de distribuição desigual de riqueza mais gritante que o dos Estados-membros da UE e um mau estar inerente em torno do seu Orçamento de Estado que aparentemente também é maior. A crise tem gerado alguma revolta social contra os “1%” da população com os maiores rendimentos, grupo contemplado com descidas de impostos pela anterior Administração Bush. Sobre este assunto ver Stiglitz (2012) e Colvin *et al.* (2011).

<sup>57</sup> A redução do orçamento da UE no quadro de programação 2013-2020 em relação ao anterior quadro de programação 2007-2012 resulta deste processo.



Fonte: BCE, dados citados por De Grauwe e Ji (2013a). Anos: Espanha 2008, Grécia 2009, Holanda 2009, Restantes países e EA17 2010.

O Tratado de Maastricht, em vigor desde 1993, e o Tratado de Lisboa, em vigor desde 2009, mudaram o funcionamento da UE e o método de decisão comunitário. Em termos de votos, houve um reforço do peso no Conselho de Estados-membros maiores como a Alemanha. Existiu também um reforço do papel do Parlamento Europeu no funcionamento da UE e um esvaziar do papel da Comissão Europeia. A Comissão Europeia mostrou em várias ocasiões ser incapaz de impor as regras estabelecidas aos Estados-membros mais fortes, deixando-se envolver em situações de tratamento diferenciado do tipo dois pesos e duas medidas<sup>58</sup>, e perdeu, em larga medida, a iniciativa, ou está muito mais condicionada pelo Conselho do que estava anteriormente nessa iniciativa. Com a crise da zona euro, a UE revelou ser governada de facto pelo Conselho Europeu e este último por um diretório de países.<sup>59</sup>

As populações dos vários Estados-membros conhecem-se mal, nos seus quotidianos. As visões que alimentam umas das outras baseiam-se nos estereótipos veiculados pela imprensa e alimentados pela classe política de cada Estado-membro. Como diria Bernard Shaw, os líderes de alguns Estados-membros estão convencidos que o seu país é superior aos outros porque nasceram nele e tentam persuadir as respetivas populações a pensarem o mesmo.<sup>60</sup> Este centrar desinformado das atenções nos Estados-membros recebedores líquidos da EU (recriados como um inimigo externo a

<sup>58</sup> Em 2003, a Comissão Europeia desencadeou um processo de défice excessivo contra Portugal, a Alemanha e a França. No caso português, o processo foi levado até ao fim. No caso alemão e no caso francês, os processos foram congelados pelos ministros das Finanças Europeus e em 2004 foram suspensos pela Comissão. Em 2005, as regras do PEC foram alteradas.

<sup>59</sup> Com o anterior presidente francês, Nicolas Sarkozy, a Alemanha reunia com a França e os dois países anunciavam as decisões da UE aos outros Estados-membros. Depois da eleição do novo presidente francês, François Hollande, a Alemanha assumiu por inteiro o directório.

<sup>60</sup> "Patriotism is your conviction that this country is superior to all other countries because you were born in it". George Bernard Shaw.

abater, nos estereótipos veiculados) pode ser interpretado como uma forma de reduzir tensões internas, entre indivíduos e/ou grupos sociais, forma semelhante à retratada no livro *1984*, de George Orwell.<sup>61</sup>

Criou-se uma classe política e administrativa comunitária na UE muito centrada nas suas carreiras e mordomias, pouco sintonizada com as populações e/ou afastada das realidades vividas por estas nos diferentes Estados-membros, pouco dada a exercícios de representação.

Há também uma classe política, comunitária e dos vários Estados-membros que, em nome de um futuro que supostamente quer proteger (e que cada vez mais parece comprometer), trata as atuais gerações como uma massa que pode e deve suportar todos os sacrifícios, quiçá, para expiar a culpa de um comportamento perdulário, da sua parte, no passado. É notória a atitude paternalista das instituições comunitárias e de governos de Estados-membros da UE em dificuldades: governam contra os eleitores, impondo-lhes sacrifícios em nome do futuro, o último reduzido a um crescimento económico qualquer, abstrato e longínquo. Ao arrepio de todas as evidências empíricas, solicitam aos eleitores que acreditem: i) que a incerteza criada no presente em torno das vidas das suas famílias e das suas empresas é algo de bom para o crescimento económico; ii) que o desemprego tem virtudes, em particular, o desemprego dos mais jovens e iii) que as Democracias dos nossos Estados-nação se devem sujeitar a mercados financeiros desregulados, para o seu próprio bem.

Os eleitores de vários Estados-membros, incluindo Portugal, já mostraram, em diversas ocasiões, que até estão dispostos a fazer sacrifícios, se entenderem a racionalidade dos mesmos, se a proposta não for a do suicídio assistido. De outro modo, os ditos sacrifícios não podem constituir o fim em si, não podem ser percebidos como um mero capricho, punitivo e inconsequente, imposto pelas instituições comunitárias e/ou alguns Estados-membros, nem podem ser ditados por esse admirável novo mundo financeiro, para seu único e exclusivo proveito.

#### **4. A Globalização financeira**

A Globalização financeira está a questionar a Democracia no mundo. Rodrik (2011, 2002) diz que há um paradoxo fundamental na versão extrema da Globalização em curso: a coexistência entre mercados globais, Estados-nação e Democracia não é sustentável, um deles terá de ser sacrificado.<sup>62</sup> A Democracia no mundo assenta e assentará, nas próximas décadas, em Estados-nação. A ter de escolher entre limitar a Democracia ou limitar a Globalização o autor suporta a última opção (Rodrik, 2011).<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> No dia do atentado a um edifício federal, na cidade de Oklahoma, nos Estados Unidos da América, em 1995, tornou-se do conhecimento público que entre as milícias armadas com membros envolvidos no atentado circulava a informação que polícias chineses tinham sido contratados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para lhes retirarem as armas.

<sup>62</sup> "The political trilemma of the global economy is that the nation-state system, democratic politics, and full economic integration are mutually incompatible. We can have at most two out of the three." Rodrik (2002).

<sup>63</sup> Sobre os desafios levantados ver também Castell *et al.* (2012), Castells (2005) e os avisos do antigo diretor geral da OMC, Pascal Lamy, sobre o défice de governança global ([http://www.wto.org/english/news\\_e/sppl\\_e/sppl272\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/sppl_e/sppl272_e.htm)).

A integração dos mercados financeiros mundiais e a desregulação financeira estão na origem da crise do *subprime* americana, em 2006, da falência do banco de investimento *Lehman Brothers* e da crise financeira, em 2008, e da Grande Recessão mundial, vivida desde então. No contexto, operadores da economia financeira internacional dedicaram-se a criar novos produtos e transações próprias, afastando-se da economia real, i.e., dos fundamentos.<sup>64</sup> As forças de mercado desta economia foram postas à solta. Como os mercados foram desregulados, em vez de eficiência as referidas forças trouxeram falhas, como assimetrias de informação, penalizando muitos dos investidores e beneficiando uns poucos com informação privilegiada (Généreux, 2011, Stiglitz, 2012).

A crise financeira era demasiado grande para poder ser gerida pelo próprio sistema financeiro. Os Estados foram solicitados a intervir. Assim o fizeram, na UE, salvando os operadores financeiros incondicionalmente.<sup>65</sup> Com as operações de salvamento de bancos e com estímulos fiscais, para ajudar a mitigar os efeitos da crise financeira na economia real, os Estados endividaram-se. Nessa altura os mercados financeiros, desregulados, começaram a especular com as novas dívidas de alguns Estados e a impor ao poder político, por via das agências de *rating* e/ou de pressões sobre o financiamento das dívidas soberanas, a austeridade sem fim<sup>66</sup>, com reformas que se traduzem no puro e simples desmantelamento do Estado social. Na economia financeira internacional não se toca. Nada impede que uma crise financeira com a dimensão da atual volte a acontecer.<sup>67</sup> E, quando voltar a acontecer, já se sabe quem a vai pagar, inteiramente e com muita austeridade.<sup>68</sup>

Se o quadro acima descrito é, por razões óbvias, inaceitável, mais inaceitável é a UE ter embarcado no mesmo da maneira que embarcou, pondo em causa não só o euro como o próprio projeto de paz e prosperidade exemplar (com mais de 60 anos e que lhe valeu um prémio Nobel) que constituiu no Pós-segunda guerra mundial. Assim aconteceu porque o poder político europeu, com as suas contradições, assim determinou que acontecesse. Não quis jogar em equipa. Assim deixará de acontecer quando o poder político europeu mudar de ideias, quiçá, forçado pelos eleitores. Nessa altura fará tudo o que for necessário (e o seu poder não é pouco) para regular a economia financeira internacional

---

<sup>64</sup> As inovações financeiras são descritas em Généreux (2011): i) mecanismos de remuneração (stock-options, bónus); ii) reacquirição das suas próprias ações pelas sociedades cotadas em bolsa; iii) alargamento das operações "a descoberto"; iv) os CDS (*Credit Default Swaps*); v) a titularização e os CDO (*Collateralized Debt Obligations*); vi) a livre circulação mundial de capitais; etc.

<sup>65</sup> Ao contrário dos EUA, o financiamento da economia da UE está mais dependente da banca do que da bolsa. Um crise dos bancos na UE tem por isso potencial para ser mais grave, em consequências para a economia real, do que nos EUA. De qualquer modo, um sistema financeiro que não contempla a possibilidade de falência, cuja única solução para fazer face ao risco sistémico é a do salvamento incondicional dos bancos, padece de um problema de risco moral (*moral hazard*). Economistas Prémio Nobel como Paul Krugman e Joseph Stiglitz têm repetidamente chamado à atenção do facto. Segundo Stiglitz (2012), o procurador-geral do Estado de Massachusetts, nos EUA, referindo-se aos bancos terá afirmado que o facto de estes serem grandes demais para poder falhar não os colocava na situação de serem grandes demais para poder estar acima da lei.

<sup>66</sup> "Since the start of the debt crisis financial markets have provided wrong signals; led by fear and panic, they pushed the spreads to artificially high levels and forced cash-strapped nations into intense austerity that produced great suffering." De Grauwe and Ji (2013b).

<sup>67</sup> Reinhart e Rogoff (2008) confirmam que estas crises são frequentes: "(...) crises frequently emanate from the financial centers with transmission through interest rate shocks (...) Thus, the recent US sub-prime financial crisis is hardly unique." E também que o distanciamento no tempo cria a ilusão de que desta vez é diferente: "major default episodes are typically spaced some years (or decades) apart, creating an illusion that "this time is different"".

<sup>68</sup> Segundo José Manuel Amado da Silva (Ferreira *et al.*, 2013) a crise resultou da economia real ter pedido contas às finanças. Todavia, com a crise, o sistema bancário tem sido socorrido e os sectores da economia real têm sido espremidos. O autor refere um "completo domínio das finanças sobre a economia".

e impor-lhe o limite que é dado pela preservação da Democracia nas nossas sociedades que se organizam ainda em Estados-nação.<sup>69</sup>

Nas sociedades em que vivemos, a legitimidade do mercado assenta na Democracia e não o contrário. Na presença de um *tradeoff* entre mercado eficiente e Democracia, é a Democracia que deve prevalecer. Se o *tradeoff* é entre mercado ineficiente e Democracia então nem sequer há um verdadeiro *tradeoff*. Ou seja, regular mercados financeiros ineficientes é não só crucial para preservar a Democracia dos nossos Estados-nação como também é crucial para promover o crescimento económico (Stiglitz, 2012).<sup>70</sup>

## 5. E Portugal?

De há dois anos a esta parte, o País está a viver um processo de degradação económica e social sem precedente. Não há memória de tantas falências e/ou de semelhante taxa de desemprego, em particular, desemprego jovem (Figura 11).<sup>71</sup> A incerteza criada sobre o futuro da vida das famílias e das empresas, com novas medidas de austeridade e novos cortes anunciados diariamente, é indescritível.<sup>72</sup>

O equilíbrio da Balança Corrente está a ser feito essencialmente por via da quebra da procura interna e/ou da redução das importações (OCDE, 2013).<sup>73</sup> Os resultados não são os mais animadores (Tabela 1).<sup>74</sup>

---

<sup>69</sup> A economia financeira internacional é demasiado importante para estar à solta e/ou nas mãos de especuladores sem escrúpulos. Como afirma Rodrik (2011, 2002), num quadro que é e será nas próximas décadas de Estados-nação, é preciso limitar e regular a integração financeira para preservar a Democracia.

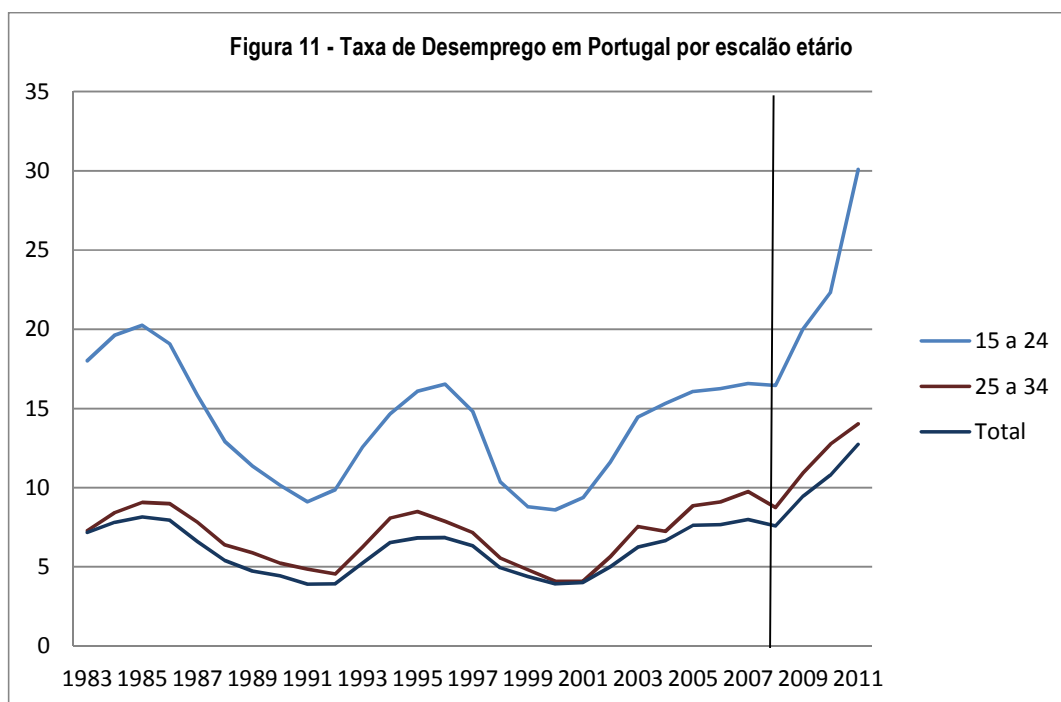
<sup>70</sup> O crescimento económico é, quanto muito, uma condição necessária ao desenvolvimento, o último visto como um processo de ampliação das liberdades humanas (Sen, 1999). Isto é, o crescimento económico não é um fim em si mesmo. Desde a crise financeira de 2008, recuou-se bastante nesta percepção. Na UE, ninguém fala de desenvolvimento. A resolução dos problemas ambientais e de exclusão social mundiais foi enviada para as calendas, em nome da austeridade e/ou de um qualquer crescimento económico, abstrato e longínquo.

<sup>71</sup> A taxa de desemprego só não é maior por causa da emigração.

<sup>72</sup> Para descrever a situação do País, Pedro Adão e Silva (Silva, 2013) compara-a à situação de uma personagem do filme francês 'O Ódio' que se atira de um arranha-céus e, durante a queda, vai dizendo a si mesmo: "até aqui tudo bem!...". O problema está na aterragem.

<sup>73</sup> Como diz Nazaré da Costa Cabral (Ferreira et. al, 2013), o modelo da economia dependente (*dependent economy model*) é o modelo subjacente à atuação do governo português. O modelo foi desenvolvido por Meade (em 1956), Salter (em 1959) e Swan (em 1960), e recuperado por Obstfeld e Rogoff (em 1996). Ao reduzir substancialmente a procura interna, numa pequena economia aberta como a portuguesa, o governo faz baixar os preços dos bens não transacionáveis e as importações. Os preços dos bens transacionáveis são determinados no mercado mundial e não se alteram por via desta contracção. O resultado é uma alteração de preços relativos, favorável à produção de bens transacionáveis no País. O facto do choque negativo do lado da procura resultar num choque negativo do lado da oferta (efeitos permanentes) é aparentemente desvalorizado pelo governo.

<sup>74</sup> Sobre os efeitos da crise na competitividade da economia portuguesa ver Mateus et. al. (2013b). As projeções de resultados na Tabela 1 para 2013 e 2014 são otimistas. As projeções dos vários organismos nacionais internacionais, incluindo a OCDE, têm sistematicamente falhado por serem otimistas.



Fonte: Construção dos autores com dados do INE

**Tabela 1 – Economia portuguesa, 2009-2014**

Indicadores selecionados (*)	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de Desemprego (%)	9,5	10,8	12,7	15,6	18,2	18,6
PIB	168,5	1,9	-1,6	-3,2	-2,7	0,2
Consumo Privado	109,8	2,5	-3,8	-5,6	-4,0	-1,5
Consumo Público	37,2	0,1	-4,3	-4,4	-3,9	-2,0
Formação Bruta de Capital Fixo	34,6	-3,1	-10,7	-14,5	-10,6	-0,7
Procura Interna Total	181,0					
Exportações	47,2	10,2	7,2	3,3	1,4	5,1
Importações	59,7	8,0	-5,9	-6,9	-3,1	1,3
Balança Corrente	-	-10,6	-7,0	-1,5	-0,9	0,5
Dívida Pública, critério de Maastricht	-	94,0	108,3	123,6	127,7	132,1

Fonte: Economic Outlook OCDE (2013).

(\*) Valores em milhares de milhões de euros, em 2009. Variações e valores a preços constantes de 2006, em percentagem do PIB, 2010-2014.

O governo português fez o País assumir culpas perante as instituições comunitárias que, na essência, não são suas. Nas suas palavras, quis ser mais *troikista* do que a *troika*. Repetidamente tem afirmado que os portugueses têm vivido acima das suas possibilidades.<sup>75</sup> Classificou o desemprego como novas oportunidades, fora da zona de conforto. Apelou à emigração da população como solução. Subiu enormemente os impostos e propõe-se, no presente, cortar na despesa pública e no Estado social. Em nome de equilíbrios financeiros de muitíssimo curto prazo, adotou, por vezes, uma postura mais moralista que a de certos *Herr Tartüffs* comunitários e/ou de alguns Estados-membros.<sup>76</sup> O custo, sobre a economia real e a sociedade, é brutal.<sup>77</sup>

Os efeitos permanentes que podem advir da emigração das suas gerações mais novas e mais qualificadas de sempre são desastrosos para o País. Nada garante que, uma vez lá fora e constituindo famílias, os jovens portugueses em questão regressem ao País. Muitos não vão voltar. A aceleração do envelhecimento da população portuguesa é assim inevitável, por vontade política europeia e com o alinhamento do governo português. As consequências expectáveis sobre o atual sistema de financiamento das pensões são mais do mesmo: redução do montante de pensões pago, aumento da idade de reforma, desemprego jovem, emigração jovem, nova aceleração do envelhecimento.<sup>78</sup>

A ideia de que os Estados não podem incorrer em défices, em alturas de recessão, é para economistas prémios Nobel, como Krugman e Stiglitz, errada.<sup>79</sup> O mesmo sucede com a ideia de que aumentar os impostos tem mais efeitos recessivos do que cortar na despesa pública, num quadro de Armadilha da Liquidez<sup>80</sup> como tem sido o da zona euro (FMI, 2012, Romer, 2011). Acresce que, com a incerteza acerca do futuro criado pelas instituições comunitárias e pelo governo português no País, os portugueses estão retraídos, com medo do futuro e a adiar despesas, de consumo e de

---

<sup>75</sup> Os portugueses responderam aos incentivos de mercado e de políticas a que foram expostos. Os incentivos foram criados pela UE, pelo Estado português e pelos bancos. Ou seja, os portugueses viveram de acordo com as possibilidades que, erradamente ou não, lhes foram proporcionadas. As referidas possibilidades sofreram uma alteração súbita com a crise financeira. Sobre este assunto ver Morais (2013).

<sup>76</sup> Os referidos equilíbrios foram impostos pela *troika*. Todavia, o governo português tem mostrado ser um fervoroso crente dos mesmos. Segundo João Pinto e Castro (Ferreira et al. 2013), o programa português acaba por ser o mais exigente de todos os que estão a ser aplicados, por causa do alinhamento completo do governo português com a *troika*, a sua doutrina e as suas exigências.

<sup>77</sup> A gravidade do custo no que refere ao desemprego, em particular ao desemprego jovem, e a necessidade de uma resposta efectiva e urgente ao problema, ao nível europeu e nacional, foi reconhecida por Vítor Gaspar na sua carta de demissão de ministro das finanças de 1-07-2013.

<sup>78</sup> Este é um exemplo de como um choque do lado da procura se pode converter num choque do lado da oferta. Um outro exemplo é dado pela política de euro forte e a especialização produtiva portuguesa em não transacionáveis. Para mais exemplos ver Stiglitz (2002). As noções de muito curto prazo, curto prazo, longo prazo e muito longo prazo, são da autoria de Alfred Marshall (1842-1924). O conceito de tempo inerente a estas noções não é cronológico mas antes uma construção analítica que estabelece as variáveis que se permitem flutuar. Entendendo assim estes conceitos, é possível falar do longo prazo e/ou equilíbrio potencial da economia de um momento do tempo passado, presente, ou futuro. A neutralidade das políticas do lado da procura é válida apenas no longo prazo do equilíbrio estático e/ou do mesmo momento do tempo. Não é válida no longo prazo de momentos do tempo futuros ao da sua implementação. Ou seja, a gestão do curto prazo não é neutra em relação ao longo prazo de momentos do tempo futuros. Uma má gestão do curto prazo, no momento do tempo presente, pode fazer com que no longo prazo, de momentos do tempo futuros, estejamos todos mortos.

<sup>79</sup> Ver, por exemplo, Krugman (2012) e Stiglitz (2012). Como afirma Cadilhe (2005) “O saudável crescimento do PIB pede, por sua vez, política orçamental regredidamente anti cíclica”. Já agora, é consensual na profissão que uma política fiscal procíclica é um fenómeno perverso, pois reforça – em vez de mitigar – a volatilidade do ciclo de negócios (Végh e Vuletin, 2012). O novo pacto orçamental da UE, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2013, contraria esta ideia na medida em que reforça a componente procíclica das políticas fiscais dos Estados-membros.

<sup>80</sup> Situação em que as taxas de juro são muito baixas e a política monetária deixa de ser efetiva.

investimento. Se é certo que não é possível cobrar mais impostos em Portugal, pois até em termos de receita fiscal é contraproducente (Oliveira e Costa, 2013), também são certos os efeitos recessivos de cortes na despesa pública, em particular se estes cortes paralisarem a máquina do Estado e/ou o investimento público.

No seio do próprio governo, entre as oposições, na opinião pública e publicada, começa a ser consensual a ideia de que assim o País não vai lá. É que apesar de não sermos a Grécia<sup>81</sup>, mais do que a um ajustamento, Portugal está a assistir (como sucede com a Grécia) à destruição acelerada da sua capacidade produtiva, depois de anos de desindustrialização (Amaral, 2013), e à destruição da sua coesão social. Está a comprometer o seu futuro. Vai demorar anos a colocar-se de pé novamente. Todavia, este novo posicionamento tem-se pautado por algum realismo mágico<sup>82</sup> por parte dos partidos políticos. Decorridos dois anos do programa de ajustamento, destruída a confiança no futuro de boa parte dos agentes económicos do País, os partidos políticos do governo apontam o investimento como a nova fase do ajustamento do País. Por sua vez, os partidos políticos das oposições propõem o fim da política de austeridade, dado o empiricamente comprovado insucesso da mesma. Todavia, a concretização dos planos dos vários partidos políticos está dependente da vontade das instituições comunitárias. Para serem realistas, os planos deveriam ser acompanhados de uma estratégia contingente à possibilidade das referidas instituições continuarem a ignorar a realidade dos factos e recusarem as novas pretensões do País.

## **6. Imaginar o possível e concretizá-lo**

Portugal tem de solicitar às instituições comunitárias que clarifiquem os objetivos do programa de ajustamento. Os objetivos, que por vezes são concorrentes, parecem ser:

- i) Diminuir o défice público, no muitíssimo curto prazo;
- ii) Reduzir o peso do Estado na economia e na sociedade, diminuindo, para o efeito e substancialmente, o Estado social (com cortes na segurança social, na saúde e na educação);
- iii) Equilibrar a Balança Corrente;
- iv) Regressar o mais rapidamente possível aos mercados financeiros isoladamente e/ou liquidar a dívida externa do País;
- v) Ajustar a estrutura produtiva do País, no sentido de aumentar a sua competitividade externa.

Com a exceção do equilíbrio da Balança Corrente, essencialmente conseguido com a contração da procura interna e a redução das importações, nenhum dos objetivos está a ser cumprido. Por exemplo, numa conjuntura internacional de Armadilha da Liquidez e amplificação inerente dos multiplicadores fiscais (FMI, 2012), os efeitos recessivos das medidas

---

<sup>81</sup> Portugal não é a Grécia, a Irlanda não é Portugal, a Espanha não é a Irlanda, a Itália não é a Espanha, a França não é a Itália e qualquer dia a Alemanha não é a França. Assim é e não é. Os desafios da Globalização, a Grande Recessão, a crise da zona euro, os problemas comuns colocados demonstram que somos todos europeus. A UE tem tudo a ganhar se jogar em equipa e para a equipa, isto é, se colocar de parte estes seus nacionalismos serôdios.

<sup>82</sup> Corrente literária que surgiu nos meados do século XX na América Latina. O realismo mágico também se designa por vezes de realismo fantástico ou realismo maravilhoso.



implementadas para reduzir o défice público têm resultado numa queda mais que proporcional do produto e num aumento do défice público, da dívida pública e da dívida externa, em percentagem do PIB. Mais do que contribuir para ajustar a estrutura produtiva do País, o programa de ajustamento está a destruir a referida estrutura produtiva.<sup>83</sup>

Num quadro de ajustamento do programa de ajustamento, Portugal tem de exigir uma política de transparência e verdade, a si próprio e às instituições comunitárias. Assim, o País deve solicitar:

- i) A avaliação das *troikas* e/ou um seu prestar público de contas às instituições comunitárias - Comissão, Conselho e Parlamento - sobre o desenho, a implementação, a gestão e o sucesso dos programas de resgate. Perante estas mesmas instituições, os Estados-membros resgatados devem ter o direito do contraditório público;<sup>84</sup>
- ii) Uma renegociação da dívida soberana, de forma a garantir a sobrevivência do País e a evitar um segundo resgate;
- iii) A separação daquilo que é a crise financeira mundial daquilo que é a crise de competitividade de alguns Estados-membros da União, como Portugal. Por exemplo, o problema da Irlanda deve-se essencialmente à crise financeira, não é um problema de competitividade como o de Portugal. Doenças diferentes requerem tratamentos diferentes. O tratamento deve atacar as causas e não os sintomas. A crise de competitividade portuguesa e de outros Estados-membros da UE é anterior à crise financeira e tem causas que não são as específicas desta última. A análise dos porquês da evolução da estrutura produtiva destes países, desde Maastricht e com o Mercado Único, com a moeda única e o alargamento a Leste, com o tratado de Lisboa e com a Globalização, tem de ser realizada;
- iv) Uma clarificação do posicionamento da União face à necessidade de regular os mercados financeiros internacionais e evitar uma crise financeira mundial semelhante à atual no futuro bem como medidas concretas de atuação;
- v) A discussão alargada daquilo que tem sido o percurso da UE desde a unificação da Alemanha, com Maastricht e o Mercado Único, com a moeda única e o alargamento a Leste, com o tratado de Lisboa, com a Globalização, em particular, a Globalização financeira. O País não está contra a Globalização em si. Questiona sim o modelo seguido. Questiona em particular:
  - a) A confusão sistemática a que se assiste entre aquilo que são falhas de mercado e aquilo que é eficiência de mercado, em particular no que refere aos mercados financeiros;
  - b) A subordinação da UE aos humores dos mercados financeiros;
  - c) A desregulação dos mercados, nomeadamente dos mercados financeiros;
  - d) A demissão política dos Estados e das redes de Estados como a UE da regulação dos mercados, em particular dos mercados financeiros;

---

<sup>83</sup> Não se entende assim como é que o atual ministro das Finanças alemão classifica de sucesso o programa de ajustamento de Portugal. A não ser que por sucesso o referido ministro entenda a asfixia económica do País.

<sup>84</sup> Em Ferreira *et al.* (2013) a troika, a UE e o governo português são avaliados por 66 cidadãos portugueses.

- e) A ausência de boa governança, democrática, europeia e mundial de uma economia que opera no espaço global.<sup>85</sup>

Nesta discussão, entre outros, devem ser tidos em consideração os contributos de Castells, De Grauwe, Krugman, Rodrik, Stiglitz e outros autores<sup>86</sup> que têm abordado a problemática da Globalização e da crise financeira.

- vi) A análise das transferências entre Estados-membros via mercado único e via fundos comunitários (todos os fundos, incluindo os agrícolas) desde Maastricht até ao momento, clarificando que Estados-membros são de facto os contribuintes líquidos da União e em que magnitude. As transferências entre Estados-membros dão-se também via mercado único e não apenas através do orçamento comunitário. Uma parte dos fundos estruturais recebidos pelos Estados-membros beneficiários tem sido utilizada na aquisição de equipamentos aos Estados-membros contribuintes líquidos do orçamento comunitário. Todos os benefícios e custos dos vários Estados-membros devem ser contabilizados e explicitados. Uma racionalidade que esteja para lá dos direitos adquiridos de cada Estado-membro e/ou do jogo das nações deve ser desenvolvida, no sentido de uma possível sua reafecção;
- vii) As mudanças necessárias a um bom funcionamento da zona euro. Estas mudanças passam pela UE:
  - a) Assumir a zona euro como uma união monetária completa, um por todos e todos por um, com uma união bancária e um BCE credor de última instância;
  - b) Desenvolver mecanismos de solidariedade (*eurobonds*, controlo de capitais, taxa Tobin, etc.), para fazer face a movimentos especulativos nos mercados financeiros;
  - c) Alargar as missões do BCE, à imagem do que sucede com a Reserva Federal Americana.<sup>87</sup> A adotar uma regra de Taylor para a política monetária do BCE, as taxas de juro de referência devem ser ajustadas ao gap da inflação, ao gap do desemprego (ou do produto) e ao gap da taxa de câmbio com os principais parceiros comerciais;<sup>88</sup>

---

<sup>85</sup> Sobre a necessidade de uma governança mundial num quadro de ausência de governo mundial ver Castells (2005).

<sup>86</sup> Askenazy et al. (2010), Généreux (2012) e, em Portugal, Amaral (2013), Ferreira et al. (2013), Figueiredo (2013), Martins (2013a; 2013b, 2011), Ribeiro (2009), Silva (2013) e outros autores portugueses e/ou da UE ou de outros países.

<sup>87</sup> No que refere às missões e à condução da política monetária do BCE: "the Eurosystem, which comprises the European Central Bank and the national central banks of the Member States, whose currency is the euro, is the monetary authority of the euro area. We, in the Eurosystem, have as our primary objective the maintenance of price stability for the common good. Acting, also, as a leading financial authority, we aim to safeguard financial stability and promote European financial integration". ([http://www.ecb.int/ecb/orga/escb/html/mission\\_eurosys.en.html](http://www.ecb.int/ecb/orga/escb/html/mission_eurosys.en.html)). No que refere às missões e à condução da política monetária da Reserva Federal Americana: "Conducting the nation's monetary policy by influencing the monetary and credit conditions in the economy in pursuit of maximum employment, stable prices, and moderate long-term interest rates" (<http://www.federalreserve.gov/aboutthefed/mission.htm>).

<sup>88</sup> A redução das missões do BCE à estabilidade de preços e a subordinação da política fiscal dos Estados-membros a este mesmo objetivo tem como pressuposto que a estabilidade de preços é condição necessária e suficiente para assegurar a eficiência dos mercados e o crescimento económico. Como afirma Stiglitz (2012), uma inflação demasiado baixa pode resultar num desemprego demasiado alto (*tradeoff* inflação desemprego), em salários estagnados e numa fragilização dos trabalhadores no mercado do trabalho. Acresce ainda que um banco central independente na sua atuação não pode significar um banco central capturado pelo sistema financeiro (Stiglitz, 2012). Acresce por fim que a política monetária não tem de se cingir a operações de mercado aberto governadas por uma regra de Taylor.

- d) Assumir que a zona euro não é, nem será tão cedo, uma zona monetária ótima. Está sujeita a choques assimétricos e há limitações há mobilidade de fatores no seu seio;
  - e) Chamar a si o exercício de uma política fiscal mais ativa, contracíclica, que lhe permita fazer face aos choques assimétricos que afetam a zona euro.<sup>89</sup> Isto obriga a uma clara definição do que são competências da União e competências dos Estados-membros, no quadro da Globalização em que vivemos, a um reforço das competências e do orçamento da União (5 a 7% do PIB da UE) e a uma redução correspondente das competências e dos orçamentos dos Estados-membros, sem prejuízo do princípio europeu da subsidiariedade. Como suportou recentemente De Grauwe<sup>90</sup>, não só o BCE passaria a ser assumido como credor de última instância como a zona euro passaria a garantir mínimos sociais a todos os cidadãos dos seus Estados-membros.<sup>91</sup> O Orçamento da UE deixaria de depender diretamente dos orçamentos nacionais dos Estados-membros.
- viii) O estudo das possibilidades concretas de um País como Portugal permanecer na zona euro sem entrar em perda crónica de competitividade, mesmo tendo em conta as alterações de funcionamento propostas. O euro tem revelado ser uma moeda demasiado forte para a economia portuguesa e é irrealista pensar que o País terá capacidade de obedecer às mesmas regras que as economias mais fortes da zona euro;
- ix) A abordagem do problema do envelhecimento da UE. O sistema de financiamento das pensões tem de ser alterado e harmonizado entre Estados-membros. Cada geração deve descontar para pagar a sua própria pensão de reforma, assumindo como dívida pública as atuais pensões.<sup>92</sup> Isto permitiria resolver estruturalmente e de uma forma mais saudável o problema associado ao envelhecimento da população, problema que se traduz em ter cada vez mais pensionistas por ativo. Uma taxa Tobin sobre os movimentos de capitais não só serviria para sustentar movimentos especulativos nos respetivos mercados como poderia ajudar a garantir a sustentabilidade do sistema de segurança social nos países da UE, sem a sobrecarga atual sobre o fator trabalho;
- x) Um plano do tipo Marshall moderno para a UE, para a competitividade, o emprego e o desenvolvimento sustentável, que contribua para mitigar os efeitos da crise financeira sobre a economia real e o emprego na UE, que ajude à reconstrução competitiva de Estados-membros em maiores dificuldades, como Portugal, e que ofereça suporte a estratégia ambiental da UE;<sup>93</sup>
- xi) O aprofundamento democrático da UE para o seu reequilíbrio. *Ceteris paribus*, a Comissão Europeia deveria ser um governo da União, diretamente eleito, o Conselho Europeu, um Senado ou Câmara Alta da União, com

---

<sup>89</sup> Marco Capitão Ferreira (Ferreira *et al.*, 2013) propõe uma centralização da política orçamental de estabilização para lidar com os choques assimétricos da zona euro.

<sup>90</sup> Paul De Grauwe, "Proteção social na zona euro", Jornal Expresso de 1 de Junho de 2013.

<sup>91</sup> O IVA é, por vários motivos, é um bom candidato a imposto europeu, para financiamento exclusivo do orçamento europeu. Uma vez harmonizado entre Estados-membros, a UE passaria a poder jogar com os efeitos de estabilizador automático deste imposto, podendo mesmo alterar, temporariamente, as taxas de IVA, se fosse o caso, para fazer face a choques assimétricos na zona euro.

<sup>92</sup> Trata-se de abandonar o sistema conhecido por "pay-as-you-go" por um sistema de capitalização das pensões de reforma, como já sucedeu em alguns Estados-membros.

<sup>93</sup> Justin Yifu Lin, antigo economista chefe do Banco Mundial, publicou recentemente as suas reflexões sobre as causas e as consequências dos problemas da economia global, sugerindo políticas para evitar a recessão, incluindo um plano Marshall global e uma nova moeda de reserva global (ver Lin, 2013).

assento dos governos dos Estados e com paridade de voto (um governo um voto) e o Parlamento Europeu uma Câmara Baixa, com uma forte articulação com os parlamentos nacionais. Deste modo, recuperar-se-ia a iniciativa da Comissão e terminar-se-ia com os diretórios de alguns Estados-membros.

Uma estratégia portuguesa contingente, de resposta gradativa, face a respostas eventualmente negativas por parte das instituições comunitárias e de alguns Estados-membros poderá contemplar:

- a) A denúncia das instituições comunitárias ao Tribunal Europeu, por violação dos tratados, em particular do tratado de Lisboa, com solicitação de uma indemnização por negligência e destruição causada ao País;
- b) A suspensão de relações diplomáticas com Estados-membros que colaborem ativamente na violação dos tratados, em particular do tratado de Lisboa;
- c) A denúncia do acordo com a *troika* e a suspensão, unilateral e temporária, do pagamento da dívida. Renegociação da dívida e do seu pagamento com os credores, em prazos compatíveis com a recuperação económica do País, à imagem do que sucedeu com as indemnizações de guerra que a Alemanha teve de pagar, após a segunda guerra mundial. Neste processo, o País tem de manter uma balança comercial equilibrada;
- d) O fim do euro e/ou a saída do País ou de blocos de países, de preferência, de forma controlada;
- e) O fim da UE e/ou a saída da UE do País ou de blocos de países, de preferência, de forma controlada.

No quadro geoestratégico e geopolítico da Globalização, a UE tem atualmente um território com 4 423 147 km<sup>2</sup>, uma população com cerca de 501 milhões de habitantes e gera uma riqueza anual de € 12.894 triliões. A Alemanha, o país com a economia maior da UE, tem um território de 357 021 km<sup>2</sup> (8% do território da UE), uma população com cerca de 82 milhões habitantes (16% da população da UE) e gera uma riqueza anual de € 2.570 triliões (20% do PIB da UE).<sup>94</sup> De outro modo, sozinho, qualquer país da UE, mesmo a Alemanha, não terá nenhum tipo de controlo sobre a realidade mundial. Juntos, em rede, os Estados-membros da UE podem almejar fabricar realidade mundial.<sup>95</sup> O poder desta rede poderia ser aumentado com a entrada da Turquia e, a prazo, porque não, com o alargamento ao Norte de África e ao Médio Oriente da UE, sem prejuízo das ligações que cada Estado-membro tem no mundo.

Seja o que for que o futuro reserve ao País<sup>96</sup>, Portugal deve tentar assegurar, junto da Organização das Nações Unidas, o aumento e o controlo da sua plataforma continental, como defende Adriano Moreira<sup>97</sup>, e deve continuar a aprofundar a sua ligação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e aos países de expressão Ibérica, o que o

---

<sup>94</sup> O peso político da Alemanha na União tem sido muito superior ao seu peso territorial, populacional e económico. A situação é semelhante à gerada pela estrutura de golden share no grupo Volkswagen.

<sup>95</sup> Muitas coisas nos ligam na família UE. George Steiner refere que a Europa é feita de cafetarias e cafés. Estes constituem um dos marcadores essenciais da "ideia de Europa" (Steiner, 2004).

<sup>96</sup> Como as expectativas, a estupidez autoalimenta-se. Não é garantido que o euro vá sobreviver. O mesmo sucede com a UE. Portugal tem de estar preparado para estas e outras contingências, como no livro *A Esperança*, de André Malraux.

<sup>97</sup> "Estamos esmagados", entrevista a Adriano Moreira por Anabela Mota Ribeiro, 27 de Abril de 2013, <http://coisasdomr.blogspot.pt/2013/04/m938-estamos-esmagados-entrevista.html>. No que refere à plataforma continental, a recente visita do Presidente Cavaco Silva às ilhas Selvagens teve o propósito enunciado.

governo português atual tem realizado com relativo sucesso.<sup>98</sup> No caso da CPLP, a crise é uma oportunidade para desenvolver a cooperação e com isso enquadrar muitos jovens portugueses qualificados e sem emprego. Esforço deve ser realizado também junto das comunidades portuguesas emigrantes espalhadas pelo mundo, no sentido de as aproximar ao País.<sup>99</sup>

Com 870 anos (1143-2013), Portugal é um dos países mais antigos da Europa. Não é a primeira vez que se confronta na sua história com situações complexas como a presente. A crise obriga, de facto, o País a olhar para o seu lugar no mundo no quadro da Globalização, a entender e a organizar melhor a sua sociedade civil e o seu Estado.

## 7. Conclusões

Neste artigo, a crise da UE foi analisada a partir do resgate de Portugal e fazendo uso de uma aproximação histórica.

O Estado democrático somos nós. Como instituições humanas que são, Estado democrático e mercados falham. Todavia, ambas as instituições são passíveis de serem aperfeiçoadas e de constituírem instrumentos de suporte ao desenvolvimento como liberdade.

O País não se encontra na situação presente apenas ou principalmente por causa dos seus erros. A crise financeira revelou as fragilidades da construção europeia. O tratado de Maastricht e o Mercado Único, a moeda única e o alargamento a Leste da UE, o tratado de Lisboa, a Globalização, estão na base da perda da competitividade do País e do défice da sua Balança Corrente. O País foi lançado para o resgate por uma UE que pretendeu assumir a zona euro como um mero regime de câmbios fixos (em que a adoção de uma moeda única serve apenas para materializar a fixação irrevogável das taxas de câmbio), que recusou ao BCE o papel de credor de última instância e que preferiu quebrar os laços de solidariedade entre Estados-membros inscritos nos tratados, penalizando países como Portugal, a disciplinar os mercados financeiros. O principal erro do País foi ter permitido a evolução da UE para o atual diretório.

Em larga medida, as mudanças que se foram dando na UE desde a unificação da Alemanha, em 1990, têm como ponto de partida essa unificação e um desejo de certos Estados-membros em comandar a UE através do Conselho, esvaziando o poder de iniciativa da Comissão Europeia. Há também um desejo de Estados-membros contribuintes líquidos da UE em reduzir as suas contribuições líquidas. Não são claras, todavia, as verdadeiras contribuições líquidas de cada Estado-membro, pois as transferências de rendimentos entre Estados-membros dão-se quer através do orçamento quer através do mercado único.

---

<sup>98</sup> Diversificar as dependências é uma forma de as reduzir. Apesar de tardio, é também positivo o recente esforço do governo português associado às obrigações do tesouro, como estratégia de financiamento doméstico da dívida pública.

<sup>99</sup> As comunidades emigrantes portuguesas podem ajudar a enquadrar os novos emigrantes portugueses, auxiliar a financiar a dívida pública (por via da compra de obrigações do tesouro) e assistir o processo de internacionalização e reposicionamento nas cadeias de valor globais que o País vai ter de continuar a prosseguir, no mundo da Globalização e/ou na era do *made in the world*. A título de exemplo, o mercado da saudade e/ou as mercearias portuguesas espalhadas pelo mundo poderiam vir a constituir importantes pontos de venda de produtos agrícolas e/ou alimentares portugueses.

Nas sociedades do mundo ocidental em que vivemos, a legitimidade do mercado assenta na Democracia e não o contrário. Todavia, a Globalização financeira conduz a um paradoxo. Não é possível a coexistência de Estados-nação, Democracia e a referida Globalização. Um dos três tem de ser sacrificado. Não sendo sacrificados os Estados-nação, são os mercados financeiros globais que têm de ser limitados e/ou regulados, a bem da Democracia.

De há dois anos a esta parte, Portugal está a viver um processo de degradação económica e social sem precedente. A incerteza criada sobre o futuro da vida das famílias e das empresas, com novas medidas de austeridade e novos cortes anunciados diariamente, é indescritível. Depois de anos de desindustrialização, a aceleração da destruição da estrutura produtiva e da coesão social do País e a emigração das gerações mais novas e mais qualificadas de sempre têm efeitos permanentes do lado da oferta e resultam numa aceleração do envelhecimento. O futuro do País está a ser comprometido e este vai demorar anos a colocar-se de novo de pé.

Para seu próprio bem e para bem da própria UE, Portugal tem de exigir uma política de transparência e verdade, a si próprio e às instituições comunitárias. O País tem de solicitar um ajustamento do seu programa de ajustamento, num quadro alargado de discussão do futuro da UE, do seu reequilíbrio institucional e da revisão das políticas e orçamentos comunitários.

No contexto geoestratégico e geopolítico da Globalização, a UE terá capacidade de fabricar realidade mundial se se mantiver enquanto tal. Este seu poder poderá vir a ser reforçado com a adesão imediata da Turquia e o alargamento, a prazo, ao Norte de África e ao Médio Oriente. Todavia, Portugal tem de estar preparado para uma possível recusa das instituições comunitárias às suas pretensões. Tem por isso de preparar um plano contingente que, no limite, poderá passar pela sua saída do euro ou mesmo da UE, sozinho ou em conjunto com outros Países, de preferência, de forma controlada.

Qualquer que seja a situação, Portugal deve acautelar a extensão e o controlo da sua plataforma continental e aprofundar as suas relações com a CPLP e os países de expressão ibérica. Deve também aproximar-se das suas comunidades emigradas no mundo, de forma a mitigar as dificuldades, no presente, e para obter auxílio no processo de reposicionamento nas cadeias de valor globais da era do *made in the world*, no futuro próximo.

## **Agradecimentos**

A aula dada pelo economista e deputado Fernando Medina, em 2012, sobre a crise financeira, na disciplina *Macroeconomics for Business* do *Master in Business Economics*, Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa no Porto, inspirou a realização deste artigo.

Ao longo da sua elaboração, António Melo, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, contribuiu com importantes sugestões de melhoria.

## Referências

Alesina, Alberto F. e Ardagna, Silvia (2009). "Large Changes in Fiscal Policy: Taxes Versus Spending". NBER Working Paper No. 15438.

Amaral, João Ferreira do (2013). *Porque Devemos Sair do Euro – o divórcio necessário para tirar Portugal da crise*. Ed. Lua de Papel, ISBN: 9789892323145.

Amaral, Luciano (2010). *Economia Portuguesa, as Últimas Décadas*. Ensaios da Fundação, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Junho de 2010.

Araújo, Nuno e Costa, Leonardo (no prelo). "The productivity of innovation in Portugal". *The International Journal of Management Science and Information Technology (IJMSIT)*, Special issue, forthcoming.

Askenazy et al. (2010). "Manifesto of the appalled economists". *Real-world economics review*, issue no. 54.

Blanchard, Olivier e Giavazzi, Francesco (2002). "Current account deficits in the Euro Area. The end of the Feldstein-Horioka Puzzle?" *Brookings Papers on Economic Activity*, vol. 33, Issue 2

Bloom, Nicholas et al. (2012). "Management Practices Across Firms and Countries", *NBER Working Paper Series*, Working Paper 17850, <http://www.nber.org/papers/w17850>.

Cadilhe, Miguel (2005). "O Sobrepeso do Estado em Portugal – uma proposta de reforma conceitual e administrativa", Edição/reimpressão: 2013, Arkheion, ISBN 9789899796539.

Caldas, José Castro et al. (2013). Conhecer a dívida para sair da armadilha. Relatório Preliminar do Grupo Técnico da Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida Pública (IAC), Janeiro de 2013.

Castells, Manuel, Caraça, João & Cardoso, Gustavo et al. (2012), *Aftermath: The Cultures of the Economic Crisis*, Edited by Manuel castells, João Caraça & Gustavo Cardoso, Oxford University Press.

Castells, Manuel (2005). "Global Governance and Global Politics". The 2004 Ithiel De Sola Pool Lecture published in *PS: Political Science & Politics*, 9, January, 9-16.

Castells, Manuel (2000, 2001). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*

- Volume I, *A Sociedade em Rede*, 1996, 2000, Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição, 2005

- Volume II, *O Poder da Identidade*, 1997, 2001, Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

- Volume III, O Fim do Milénio, 1998, 2000, Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

Colvin, Geoff *et al.* (2011). *What is Occupy? Inside the Global Movement*. Time Books, Time Home Entertainment Inc., New York.

Cohn-Bendit, Daniel e Verhofstadt, Guy (2012). *Pela Europa: manifesto para uma revolução pós-nacional na Europa*. Tradução da Editorial Presença, 2013.

Costa, Leonardo e Osório, Paulo (2013). "Sobre a reforma política e administrativa do Estado português". *Revista Portuguesa dos Estudos regionais* (no prelo).

De Grauwe, Paul e Ji, Yuemei (2013a). "Are Germans really poorer than Spaniards, Italians and Greeks?", *Vox - Research-based policy analysis and commentary from leading economists*, 16 April 2013.

De Grauwe, Paul e Ji, Yuemei, (2013b). "Panic-driven austerity in the Eurozone and its implications", *Vox - Research-based policy analysis and commentary from leading economists*, 21 February 2013.

Descartes, René (1637). *Discurso do Método*. Edições 70, edição/reimpressão 2008.

Dullien, Sebastian e Guérot, Ulrike (2012). *The long shadow of orderliberalism: Germany's approach to the euro crisis*. Policy Brief, published by the European Council of Foreign Relations.

Figueiredo, António M. (2013). "Sete ideias e alguns derivados para sete minutos". Projeto Ulisses - Como salvar a Europa a partir do Sul? How to Get Out From the Depression? Iniciativa do Grupo os Verdes do Parlamento Europeu, Lisboa, Mercado da Ribeira, 21 de Junho de 2013.

Freitas, Miguel Lebre de (2007). "Sobre a Perda de Ímpeto no Processo de Convergência da Economia Portuguesa: uma abordagem dogmática", *Notas Económicas 27/41*, Universidade de Aveiro.

Ferreira, Eduardo Paz *et al.* (2013). *Troika Ano II: uma avaliação de 66 cidadãos*. Coordenador Eduardo Paz Ferreira, EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.

FMI (2013). *Portugal: Rethinking the State – Selected Expenditure Reform Options*. Report by Gerd Schwartz, Paulo Lopes, Carlos Mulas Granados, Emily Sinnott, Mauricio Soto, and Platon Tinios, International Monetary Fund (IMF), Fiscal Affairs Department, January 2013.

FMI (2012). *World Economic Outlook 2012: Coping with High Debt and Sluggish Growth*. World Economic and Financial Surveys. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/pdf/text.pdf>

Géneroux, Jacques (2011). *Nós podemos*. João Quina Edições, 1ª edição, Fevereiro, 2013.

Krugman, Paul (2012). *Acabem com esta crise já*. Tradução Editorial Presença, Lisboa, 2012.



Liikanen, Erkki et al. (2012). High-level Expert Group on reforming the structure of the EU banking sector Final Report., Brussels, 2 October 2012 - [http://ec.europa.eu/internal\\_market/bank/docs/high-level\\_expert\\_group/report\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/bank/docs/high-level_expert_group/report_en.pdf).

Lin, Justin Yifu (2013). *Against the Consensus: Reflections on the Great Recession*. Published in July of 2013.

Martins, Nuno Ornelas (2013a), *The Cambridge Revival of Political Economy*. To Be Published 22nd October 2013 by Routledge – 432 pages.

Martins, Nuno Ornelas (2013b), “The place of the capability approach within sustainability economics”, *Ecological Economics*, no prelo, disponível on-line.

Martins, Nuno Ornelas (2011). “Globalisation, Inequality and the Economic Crisis”, *New Political Economy*, 16:1, 1-18. <http://dx.doi.org/10.1080/13563461003789761>.

Mateus, Augusto et al. (2013a). *25 anos de Portugal europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados (AM&A), Maio de 2013.

Mateus, Augusto et al. (2013b). O campeonato da competitividade: O caso de Portugal. Relatórios e Estudos, Notas temáticas, Caixa Geral de Depósitos, Maio de 2013. [https://www.cgd.pt/Institucional/Research/Notas-Tematicas/Documents/Nota-tematica-Competitividade\\_MAI02013.pdf](https://www.cgd.pt/Institucional/Research/Notas-Tematicas/Documents/Nota-tematica-Competitividade_MAI02013.pdf).

Morais, Paulo de (2013). *Da corrupção à crise: Que fazer? Gradiva*, 5ª edição: junho de 2013.

OCDE (2013). Portugal: Reforming the State to Promote Growth, OECD “Better Policies” Series, May 2013.

OCDE (2001), *A Governância no Século XXI*. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), tradução do Gabinete de Estudos e Prospetiva do Ministério da Economia (GEPE), Lisboa, 2002.

Oliveira, Francisca Guedes de e Costa, Leonardo (2013), “The VAT Laffer Curve and the Business Cycle”, Working Paper, Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa.

Osborne, David e Gabler, Ted (1992). *Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector*, David Osborne and Ted Gabler, A William Patrick book.

Reinhart and , Carmen M., e Rogoff, Kenneth S. (2010), “Growth in a Time of Debt”, *American Economic Review: Papers & Proceedings* 100 (May 2010): 573–578 - <http://www.aeaweb.org/articles.php?doi=10.1257/aer.100.2.573>

Rocha, Luis Filipe do Nascimento (2010), *Nível de maturidade das PME: Melhores Práticas de gestão no alinhamento estratégico dos SI/TI com o negócio*, Dissertação de mestrado. Registo: <http://hdl.handle.net/123456789/293>.

Ribeiro, Félix (2009). “Portugal 2025 – Que funções no espaço europeu?”. *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16–2009

Rodrik, Dani (2011). *The Globalization Paradox: Why Global Markets, States, and Democracy can't Coexist*. Oxford University Press, New York.

Rodrik, Dani, (2002) "Feasible Globalizations", *NBER Working Paper* No. w9129

Romer, Christina D. (2011). "What Do We Know about the Effects of Fiscal Policy? Separating Evidence from Ideology". *Working paper*, Hamilton College, November 7, 2011.

Roncaglia, Alessandro (2005). *The Wealth of Ideas*, Cambridge University Press.

Sen, Amartya (1999). *O Desenvolvimento como Liberdade*, Trajectos, Lisboa, 2003.

Silva, Pedro Adão e (2013). *E agora? A Crise do euro, as falsas reformas, o futuro de Portugal*. Clube do autor, 1ª edição: Junho de 2013.

Steiner, George (2004). *A ideia de Europa*. Gradiva, 5ª edição, Janeiro de 2013.

Stiglitz, Joseph E. (2012). *The Price of Inequality*. Published in Penguin Books 2013.

Stiglitz, Joseph E. (2003), *Os loucos anos 90*, Terramar, 2005.

Stiglitz, Joseph E. (2002). *Globalização a Grande Desilusão*, 1ª edição portuguesa Terramar, Novembro de 2002.

UNCTAD (2012). "The paradox of finance-driven globalization", United Nations Conference on Trade and Development, Policy Brief nº 1, January 2012.

UNDP (2013). "The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World", Human Development Report 2013, United Nations Development Programme (UNDP).

Végh, Carlos A. and Vuletin, Guillermo (2012), "How is Tax Policy Conducted over the Business Cycle", NBER Working Paper No.17753

## ANEXO

### TABELAS

Tabela 1A - Dívidas Públicas em % do PIB de alguns Estados-membros da zona euro e da zona euro

	Euro area (17 countries)	Belgium	Germany	Ireland	Greece	Spain	France	Italy	Netherlands	Portugal
1995	72	130.2	55.6	80.1	97	63.3	55.5	120.9	76.1	59.2
1996	73.7	127.2	58.5	72.3	99.4	67.4	58	120.2	74.1	58.2
1997	73.2	122.5	59.8	63.5	96.6	66.1	59.2	117.5	68.2	55.5
1998	72.8	117.2	60.5	53	94.5	64.1	59.4	114.3	65.7	51.8
1999	71.7	113.6	61.3	47	94	62.4	58.9	113.1	61.1	51.4
2000	69.2	107.8	60.2	35.1	103.4	59.4	57.3	108.6	53.8	50.7
2001	68.2	106.5	59.1	35.2	103.7	55.6	56.9	108.3	50.7	53.8
2002	68	103.4	60.7	32	101.7	52.6	58.8	105.4	50.5	56.8
2003	69.2	98.4	64.4	30.7	97.4	48.8	62.9	104.1	52	59.4
2004	69.6	94	66.2	29.5	98.6	46.3	64.9	103.7	52.4	61.9
2005	70.3	92	68.5	27.3	100	43.2	66.4	105.7	51.8	67.7
2006	68.6	88	68	24.6	106.1	39.7	63.7	106.3	47.4	69.4
2007	66.4	84	65.2	25.1	107.4	36.3	64.2	103.3	45.3	68.4
2008	70.2	89.2	66.8	44.5	112.9	40.2	68.2	106.1	58.5	71.7
2009	80	95.7	74.5	64.8	129.7	53.9	79.2	116.4	60.8	83.7
2010	85.4	95.5	82.4	92.1	148.3	61.5	82.4	119.3	63.1	94
2011	87.3	97.8	80.4	106.4	170.3	69.3	85.8	120.8	65.5	108.3
2012	90.6	99.6	81.9	117.6	156.9	84.2	90.2	127	71.2	123.6

Fonte: Eurostat

## FIGURAS

Figura 1A: Dimensão das empresas portuguesas, 1980 e 2009



Fonte: Bloom *et al.* (2012)

Figura 2A: Boas práticas de gestão das empresas na indústria e níveis de desenvolvimento dos países



Fonte: Bloom *et al.* (2012)